



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Sul-rio-grandense



PROEN
Pró-Reitoria
de Ensino

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE**

Flávio Luis Barbosa Nunes
Reitor

Veridiana Krolow Bosenbecker
Vice-reitora

Rodrigo Nascimento da Silva
Pró-reitor de Ensino

Leonardo Betemps Kontz
Diretor de Políticas de Ensino e Inclusão

Liliane da Costa Ores
Chefe de Departamento de Gestão de
Assistência Estudantil

Rosane Bom
Chefe de Departamento de Educação
Inclusiva

Jander Luis Fernandes Monks
Chefe de Departamento de Educação a
Distância e Novas Tecnologias

Flávio Edney Macuglia Spanemberg
Coordenador da Coordenadoria de Graduação

Leonice Chaves Vieira
Revisora Pedagógica

Marco Antônio Adamoli
Marion Rodrigues Dariz
Revisores linguísticos

Mario Renato Chagas Junior
Revisor Técnico

Rosélia Souza de Oliveira
Coordenadora da Coordenadoria de Produção
de Tecnologias Educacionais

Bruna Ferreira Gugliano
Design Instrucional

Ariane da Silva Behling
Natanael Rodrigo Xavier Pires
Design Gráfico e Digital

Ricardo Rios Villas Boas
Coordenador Geral da Universidade Aberta do
Brasil

Marla Cristina da Silva Sopena
Coordenadora Adjunta da Universidade Aberta
do Brasil

CONTEÚDO

**Servidores que participaram da construção
do PPC**

NDE:

Marcelio Adriano Diogo
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Patricia Thoma Eltz
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Patricia Pinto Wolffenbuttel
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Renata Porcher Scherer
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Evandro Carlos Godoy
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Bianca de Oliveira Ruskowski
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Anderson Tres
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Sandro Azevedo Carvalho
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Thiago da Silva e Silva
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Suzana Trevisan
IFSul – Câmpus Sapucaia do Sul

Ficha Técnica do curso

Nome Completo do curso	Licenciatura em Matemática EaD
Título do aluno formado (Masc. / Feminino)	Licenciada/o em Matemática EaD
Modalidade	a distância
Carga Horária Total	3235 h
Carga Horária mínima	3235 h
CH Disciplinas Obrigatórias	2705 h
CH Disciplinas Eletivas	-
CH Disciplinas Optativas	-
CH EaD	2705 h
CH Extensão	425 h
CH Pesquisa	310 h
CH Estágio obrigatório	405 h
CH Atv Complementares	200 h
CH de TCC	90 h
CH Libras	45 h
Formato do TCC	registro
Vagas ANUAIS autorizada (POV)	100
Turno de oferta	-
Regime de matrícula	por disciplina
Tipo de oferta	-
Regime de Oferta	Turma única
Periodicidade	-
Duração - Quantidade de períodos letivos	10 semestres
Sistema de avaliação	Nota (de zero a dez)
Menor unidade (se for Nota)	0,1
Nota mínima para aprovação	6,0
Controle da frequência do aluno	Por disciplina
Etapas avaliativas por período letivo	uma etapa
Data de início de funcionamento do curso	01/09/2023
Período letivo de início do curso (calendário acadêmico)	2023/2
Nome do Coordenador	PATRICIA THOMA ELTZ
e-mail do coordenador	patriciaeltz@ifsul.edu.br
E-mail coordenação	ss-clicmat@ifsul.edu.br

Sumário

1. Institucional	5
1.1 Identificação da Instituição	5
1.2 Perfil Institucional	5
1.2.1 Inserção Regional e Nacional	6
1.2.2 Áreas de Atuação	8
1.3 Diretrizes Institucionais	9
1.3.1 Missão	9
1.3.2 Visão	9
1.3.3 Valores	9
1.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição	10
1.5 Organograma Institucional	13
1.5.1 Conselho Superior	13
1.5.2 Reitoria	14
1.5.3 Colégio de Dirigentes	15
1.5.4 Diretorias Sistêmicas	15
1.5.4.1 Diretoria Executiva	15
1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional	16
1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais	16
1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas	17
1.5.4.3.2 Instituições Parceiras	18
1.5.4.3.3 Cursos Binacionais	19
1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação	19
1.5.5 Comissões	21
1.5.5.1 Comissão Permanente de Avaliação (CPA)	21
1.5.5.2 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	21
1.5.5.3 Comissão de Ética	21
1.5.6 Governança	21
2. Câmpus Sapucaia do Sul	21
2.1 Apresentação	21
2.2 Endereço de funcionamento	24
2.3 Bases legais de funcionamento	24
2.4 Histórico do Câmpus	24
2.5 Organograma do Câmpus	25
2.5.1 Núcleos	28
3. Curso de Licenciatura em Matemática a Distância	29
3.1 Apresentação	29
3.2 Bases Legais	31
3.3 Histórico do Curso	35
3.4 Justificativa	35

3.4.1 Número de vagas	37
3.4.2 Requisitos de Acesso	37
3.5 Objetivos do Curso	37
3.5.1 Objetivo Geral	37
3.5.2 Objetivos Específicos	38
3.5.3 Público-alvo	39
3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação	39
3.6.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa	42
3.7 Currículo	43
3.7.1 Estrutura Curricular	44
3.7.2 Matriz curricular	51
3.7.3 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias	51
3.7.4 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores	51
3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado	53
3.7.5 Atividades Complementares	53
3.7.6 Trabalho de Conclusão de Curso	54
3.7.7 Metodologia	54
3.8 Política de formação integral do estudante	56
3.9 Políticas de apoio ao estudante	57
3.10 Política de inclusão e acessibilidade do estudante	58
3.11 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa	58
3.12 Curricularização da extensão e da pesquisa	59
3.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	60
3.13.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão	60
3.14 Atividades de tutoria	61
3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem	61
3.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	63
3.17 Materiais didáticos	65
3.18 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	65
4. Corpo Docente e Tutorial	66
4.1 Núcleo Docente Estruturante	66
4.1.1 Composição	66
4.1.2 Atribuições	67
4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	67
4.3 Equipe Multidisciplinar	68
4.4 Coordenador do curso	68
4.4.1 Regime de Trabalho do coordenador	69
4.4.2 Plano de Ação	69

4.4.3 Indicadores de desempenho	70
4.5 Colegiado do curso	70
4.6 Professor Responsável pela Componente Curricular – Professor Formador (PF)	72
4.7 Professor Tutor Presencial - TP	75
4.8 Professor Formador de Estágios	77
4.9 Professor Formador Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso	78
4.10 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores	78
5. Infraestrutura	78
6. Referências	79
7. Anexos e Apêndices	80
Apêndice A. Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica no campus Sapucaia do Sul	80
Apêndice B. Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo no campus Sapucaia do Sul	92
Apêndice C. Matriz curricular	100
Apêndice D. Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias	100
Apêndice E. Regulamento de Atividades Complementares	100
Apêndice F. Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso	100

1. Institucional

1.1 Identificação da Instituição

Quadro 1 – Identificação do IFSul

Mantenedora: Ministério da Educação	
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul	
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal	
CNPJ: 10.729.992/0001-46	
Endereço: Rua Gonçalves Chaves, nº 3218. Centro – Pelotas/RS – CEP 96015-560	
Fone: (53) 3026-6275	
Site: http://www.ifsul.edu.br/	
E-mail: reitoria@ifsul.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento	
Tipo de documento: Decreto Nº Documento: s/n	
Data de Publicação: 20/01/1999	
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento	
Tipo de documento: Portaria Nº documento: 1522	
Data de Publicação: 26/12/2016	
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional: 4	Ano: 2016
IGC – Índice Geral de Cursos: 4	Ano: 2019
IGC Contínuo: 3.2738	Ano: 2019

1.2 Perfil Institucional

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (CODIR) e o Conselho Superior (CONSUP), cuja estruturação, competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 câmpus do IFSul estão distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul conforme apresentado na Figura 1.



Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) para fins de cálculos de indicadores, o IFSul atende um total de 169.085 discentes (ano base 2021), matriculados nos diversos cursos oferecidos, incluindo os de formação continuada à distância. Também exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais.

1.2.1 Inserção Regional e Nacional

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao realizar sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A Rede Federal se configura hoje como importante estrutura de amplo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

No ano de 2019, a Rede Federal celebrou 110 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas, contando com 661 escolas em 578 municípios e mais de um milhão de estudantes matriculados/as em 11.766 cursos.

O IFSul é uma instituição que integra a Rede Federal, conjuntamente a outros 37 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), a 25 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, ao Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Os 14 câmpus do IFSul estão presentes em cinco regiões geográficas intermediárias e em 10 regiões imediatas do Rio Grande do Sul, conforme Quadro 1, elaborado com base nos dados do IBGE.

Quadro 1 – Regiões do Estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente

Região geográfica intermediária	Região geográfica imediata	Câmpus
Porto Alegre	Porto Alegre	Câmpus Sapucaia do Sul e Câmpus Gravataí
	Novo Hamburgo – São Leopoldo	Câmpus Avançado Novo Hamburgo e Câmpus Sapiranga
	Camaquã	Câmpus Camaquã
	Charqueadas – Triunfo – São Jerônimo	Câmpus Charqueadas
Pelotas	Pelotas	Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas – Visconde da Graça e Câmpus Avançado Jaguarão
	Bagé	Câmpus Bagé
Uruguiana	Santana do Livramento	Câmpus Santana do Livramento
Passo Fundo	Passo Fundo	Câmpus Passo Fundo
Santa Cruz do Sul - Lajeado	Santa Cruz do Sul	Câmpus Venâncio Aires
	Lajeado	Câmpus Lajeado

Além disso, atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD), o IFSul amplifica sua área de abrangência dentro do Estado do Rio Grande do Sul, ofertando

cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada. A Instituição utiliza, para este fim, além da estrutura dos seus 14 câmpus, a estrutura dos polos da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

1.2.2 Áreas de Atuação

O IFSul orienta sua oferta formativa, em todos os seus níveis e modalidades, para a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional focada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IFSul oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior Graduação e Pós-graduação (lato e stricto sensu). O catálogo de cursos ofertados pelo IFSul está disponível no portal da Instituição, no endereço <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus>.

O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica tem como fim prover processos educativos e investigativos voltados à geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além disso, a instituição representa um papel importante no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, através das diversas ações desenvolvidas, como os programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, o estímulo à pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras.

Na busca pelo cumprimento da sua missão institucional, sua atuação é pautada pela indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**, promovendo a articulação como prática acadêmica vinculada ao processo de formação das/os estudantes e de geração e compartilhamento de conhecimento.

Este processo coloca o estudante como protagonista de sua formação, visando o desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários à sua formação cidadã e a sua atuação no mundo do trabalho, permitindo reconhecer-se como agente de transformação social.

1.3 Diretrizes Institucionais

1.3.1 Missão

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

1.3.2 Visão

Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.

1.3.3 Valores

O IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto:

- **JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- **PLURALIDADE:** desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- **EXCELENCIA:** verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- **FORMAÇÃO INTEGRAL:** compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DÍALOGO DE SABERES:** organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:** compromisso com a educação inclusiva, com a permanência da/o educanda/o e com o processo educacional emancipatório; e
- **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:** organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições.

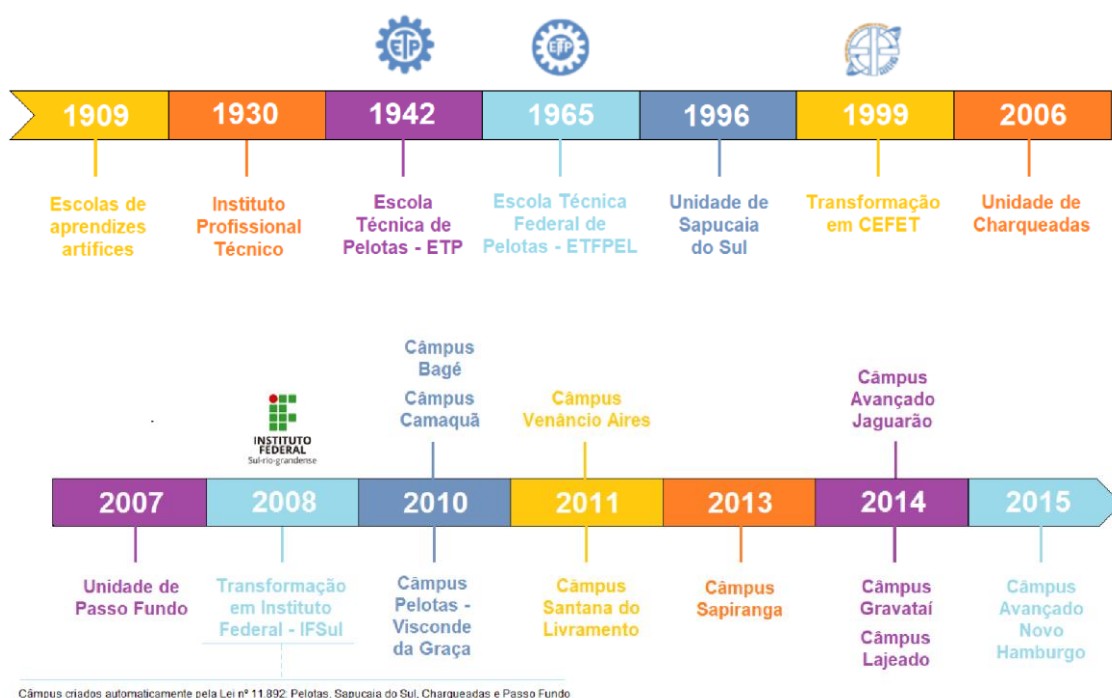
1.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

A história da Rede Federal iniciou-se em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou 19 escolas de

aprendizes artífices, configurando um marco na educação profissional brasileira. Apresentadas no início como instrumento de política voltada para as "classes desprovidas", essas escolas passaram por diversas transformações de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no país e no mundo.

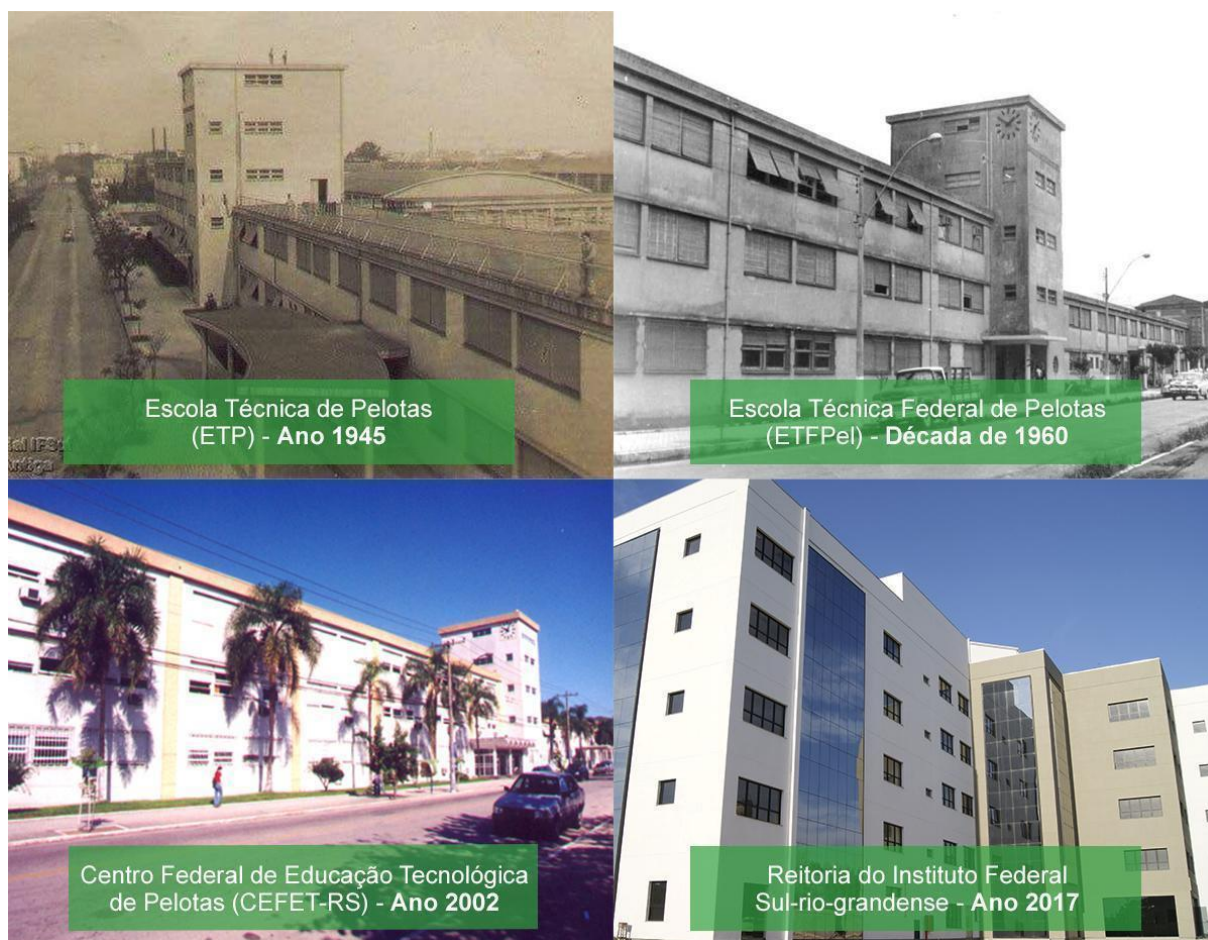
Assim como a Rede Federal, o IFSul tem uma história de transformação que se iniciou muito antes de se tornar um instituto de educação, ciência e tecnologia. Em 07 de julho de 1917, a Biblioteca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios, uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

Figura 2 – Linha do tempo de evolução da Instituição



As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chímica.

Figura 3 – Prédios da Instituição ao longo do tempo



O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos).

Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico Construção de Máquinas e Motores. Em 1959, a

ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Neste processo, em 1996, a Instituição ampliou geograficamente sua atuação, com uma unidade descentralizada em Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, para atuar na área de polímeros, atendendo à demanda do polo petroquímico da região.

Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado, por meio da Lei nº 11.892, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

1.5 Organograma Institucional

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: <http://organograma.ifsul.edu.br/>.

1.5.1 Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP), de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para

execução da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio.

Observadas as disposições da legislação vigente, o Conselho Superior será constituído pelos seguintes membros:

- I.** O Reitor ou a Reitora, como presidente;
- II.** 01 (um/uma) representante de servidores docentes por campus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- III.** 01 (um/uma) representante do corpo discente, por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- IV.** 01 (um/uma) representante de servidores técnico-administrativos, por campus em funcionamento, eleito por seus pares;
- V.** 01 (um/uma) representante de egressos/as, que não seja membro da comunidade acadêmica, eleito por seus pares;
- VI.** 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um/uma) das entidades patronais, 01 (um/uma) da entidade de trabalhadores da instituição, 01 (um/uma) do setor público e/ou empresas estatais;
- VII.** 01 (um/uma) representante do Ministério da Educação, indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII.** 01 (um/uma) representante do Colégio de Dirigentes por campus.

Compete ao Conselho Superior:

- I.** aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense e dos Diretores-Gerais, dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei no. 11.892/2008;
- II.** aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense e zelar pela execução de sua política educacional;
- III.** aprovar a estrutura organizacional e o Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- IV.** aprovar os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Instituto;
- V.** aprovar os planos de desenvolvimento institucional, o projeto político-pedagógico e a organização didática;
- VI.** aprovar o plano de ação e apreciar proposta orçamentária anual encaminhada pelo Colégio de Dirigentes;
- VII.** aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VIII.** apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual;

- IX.** autorizar a criação e a extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense, bem como o registro de diplomas;
- X.** autorizar a Reitoria a conferir títulos de mérito acadêmico;
- XI.** deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, excetuando-se os de primeira via, relativos aos cursos regulares, que deverão ser gratuitos;
- XII.** delegar competências deliberativas aos órgãos colegiados do Instituto;
- XIII.** deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

1.5.2 Reitoria

Localizada na cidade de Pelotas/RS, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é o órgão executivo responsável pela coordenação de quatorze câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. Tem entre suas principais funções implementar e desenvolver políticas educacionais e administrativas, além coordenar e supervisionar a gestão sistêmica do instituto federal, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas.

A reitoria tem a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete do Reitor ou da Reitora;
- Vice-reitoria;
- Pró-reitoria de Gestão de Pessoas;
- Pró-reitoria de Administração e Planejamento;
- Pró-reitoria de Ensino;
- Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
- Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
- Diretoria de Assuntos Internacionais;
- Diretoria Executiva da Reitoria;
- Diretoria de Projetos e Obras;
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Procuradoria Federal;
- Ouvidoria;
- Assessoria do Reitor ou da Reitora.

1.5.3 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

- I.** pelo Reitor ou Reitora, como presidente;
- II.** pelos Pró-Reitores e Pró-reitoras; e
- III.** pelos Diretores e Diretoras de Câmpus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I.** apreciar a distribuição interna de recursos;
- II.** apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
- III.** apreciar e recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- IV.** apreciar o calendário acadêmico;
- V.** apreciar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI.** apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes devem ser publicadas na página do IFSul em 7 (sete) dias úteis após a sua aprovação.

1.5.4 Diretorias Sistêmicas

1.5.4.1 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Reitoria é o órgão responsável por articular atividades administrativas da Reitoria, dentre elas, o processo de seleção de estagiários, de estudantes e servidores, o processo de convênios, as demandas operacionais e estratégicas para o desenvolvimento das atividades da reitoria, o suporte à Reitoria, às Pró-reitorias, às Direções dos câmpus, às Diretorias e Assessorias da Reitoria, em projetos e atividades nas áreas de atuação do IFSul.

1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um Diretor nomeado/a pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e

acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus.

À Diretoria de Desenvolvimento Institucional compete:

- I.** prestar assessoramento ao/a Reitor/a em assuntos de planejamento e desenvolvimento;
- II.** supervisionar a elaboração, monitoramento e avaliação dos planos estratégicos do IFSul;
- III.** promover a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus;
- IV.** coordenar a elaboração e o desenvolvimento do Regimento Geral e da Estrutura Organizacional do IFSul;
- V.** orientar e dar suporte à elaboração dos Regimentos Internos dos Câmpus;
- VI.** manter atualizada a Estrutura Organizacional do IFSul nos sistemas próprios de publicização e de controle;
- VII.** promover a padronização dos procedimentos comuns aos Câmpus do IFSul ou Reitoria; e cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores;
- VIII.** cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.

1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais

A Diretoria de Assuntos Internacionais – ligada à Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos/as e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional.

As atribuições principais desta Diretoria são:

- I.** estabelecer vínculos de cooperação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e instituições nacionais e internacionais;
- II.** planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
- III.** produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSul para organismos de fomento internacional;
- IV.** acompanhar o desenvolvimento de propostas junto aos organismos de fomento;

- V.** gerenciar, em articulação com os diversos setores operacionais do IFSul, junto a entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento;
- VI.** promover intercâmbio com instituições similares ao IFSul, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- VII.** estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSul;
- VIII.** divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas

O Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais, tem como objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e o uso de tecnologias de educação a distância. A oferta de vagas para estudantes e servidores do IFSul para os cursos de idiomas espanhol e inglês por meio do projeto e-Tec Idiomas Sem Fronteiras, oportuniza o acesso mais amplo a cursos de idiomas para toda a comunidade, bem como oferece certificação em níveis internacionais para aqueles que desejam continuar seus estudos na pós-graduação ou realizar programas de intercâmbio.

O Núcleo também é responsável pela aplicação de testes de proficiência internacionais e pela capacitação de professores e tutores dos cursos do e-Tec Idiomas.

1.5.4.3.2 Instituições Parceiras

No quadro abaixo estão listadas as Instituições com as quais o Instituto Federal Sul-rio-grandense possui um Protocolo de Intenções vigente, o qual possibilita ações conjuntas no futuro, a serem formalizadas através de Convênios Específicos.

Os Convênios Específicos são acordos entre duas ou mais Instituições públicas ou privadas celebrados a fim de executar mobilidade, dupla diplomação ou outras ações de interesse comum.

Quadro 2 – Instituições que possuem convênio com o IFSul

País	Instituição	Prazo
Brasil	AFS Intercultura Brasil – Rio de Janeiro, RJ	Indeterminado
Canadá	Concordia University of Edmonton	14/05/2026
Colômbia	Fundación Tecnológica Liderazgo Canadiense Internacional (LCI) – Bogotá	Indeterminado
Espanha	Universidad de Vigo – Vigo	Indeterminado
Estados Unidos	Alamo Colleges (AC) – San Antonio, Texas	Indeterminado
	Buffalo State University – Buffalo, NY	Indeterminado
França	Lycée Eugène Livet – Nantes	Indeterminado
	Sigma Clermont – Aubière, Clermont-Ferrand	
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança (IPB) – Bragança	Indeterminado
	Instituto Politécnico do Porto – Porto	
Uruguai	Dirección General de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay (DGETP - UTU) – Montevideu	Indeterminado
	Universidad Tecnológica – UTEC – Montevideu	Indeterminado

1.5.4.3.3 Cursos Binacionais

As escolas de fronteira, ao oferecerem os cursos binacionais, trouxeram um inegável avanço na Educação Tecnológica brasileira e na dos países vizinhos. Brasil, Uruguai e Argentina que, desde a década de 90, através das discussões no âmbito do Mercosul, ensaiavam a concretização desta parceria pioneira. Em 2006 o Instituto

Federal Sul-rio-grandense, ainda na condição de CEFET, estabeleceu uma importante relação com *Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU) em reunião realizada em Montevideu com a ABC do Ministério das Relações Exteriores. Já em 2007, foram realizados cursos de capacitação envolvendo docentes do IFSul e mais de 100 servidores do CETP-UTU.

A criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, possibilitou ações mais concretas com o objetivo de oferecer aos(às) jovens brasileiros(as) e de países fronteiriços uma formação profissional com respaldo de uma diplomação binacional. A autorização de funcionamento do câmpus Santana do Livramento, em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, veio garantir efetivamente o começo dos cursos. Com câmpus Avançado Jaguarão, em 2014, ampliaram-se as alternativas educacionais, com a oferta de dois novos cursos juntamente com a Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai.

A parceria entre o IFSul e o CETP-UTU se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira. Dessa forma o IFSul quer fortalecer a relação já existente e ampliar as oportunidades na Educação Tecnológica ofertando cursos superiores binacionais, cuja proposição foi apresentada no 2º Encontro dos Institutos de Fronteira do CONIF, em setembro de 2015.

1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, supervisiona, orienta e controla as atividades relacionadas às políticas de Tecnologia da Informação.

A esta Diretoria compete:

- I.** propor políticas e diretrizes da área de tecnologia da informação do IFSul;
- II.** propor normas e metodologias de desenvolvimento de sistemas informatizados e dos procedimentos para aquisição, suporte e manutenção de equipamentos e serviços do IFSul;
- III.** propor diretrizes para os sistemas e para a infraestrutura de tecnologia da informação aos câmpus;
- IV.** propor a padronização e a especificação dos recursos de TI dimensionados às necessidades da instituição em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;

- V.** orientar e acompanhar os Câmpus na aquisição e manutenção dos links de comunicação de dados;
- VI.** prover a informatização de processos conforme necessidade da instituição;
- VII.** administrar os recursos computacionais sob sua responsabilidade;
- VIII.** assessorar os Câmpus quanto aos assuntos de tecnologia da informação;
- IX.** garantir a segurança e integridade das informações;
- X.** assegurar o alinhamento de tecnologias da informação com o Plano de Desenvolvimento Institucional através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XI.** realizar a pesquisa de soluções tecnológicas em todas as áreas de atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- XII.** atuar junto aos Câmpus para que novas soluções sejam desenvolvidas;
- XIII.** promover e incentivar a participação em cursos de capacitação para qualificar os servidores de Tecnologia da Informação do IFSul;
- XIV.** zelar pela Política de Segurança da Informação e seus regulamentos;
- XV.** elaborar Termos de Referência e coordenar o processo de aquisição de bens e serviços de TI;
- XVI.** auxiliar nas atualizações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XVII.** fiscalizar e acompanhar os contratos de Tecnologia da Informação da Reitoria;
- XVIII.** coordenar ações para promover a Política de Segurança da Informação no IFSul;
- XIX.** qualificar a área de Tecnologia da Informação do IFSul adequando processos de acordo com modelos de governança de TI; e
- XX.** divulgar e incentivar a utilização de ferramentas de colaboração.

A maioria dos câmpus do IFSul possui uma coordenadoria de TI, ligada ao Departamento de Administração, com exceção do câmpus Pelotas que, devido sua dimensão, possui duas coordenações e um departamento de TI ligado à Diretoria de Administração e de Planejamento.

1.5.5 Comissões

1.5.5.1 Comissão Permanente de Avaliação (CPA)

Coordena os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

1.5.5.2 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

Presta assessoramento à Reitora ou ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

1.5.5.3 Comissão de Ética

Zela pelo cumprimento do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

1.5.6 Governança

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável por estabelecer um ambiente institucional de governança, controle interno e gestão de riscos no âmbito do IFSul. A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles consta na Portaria nº 1.084/2017, disponível no portal eletrônico da Instituição, e suas competências foram determinadas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

2. Câmpus Sapucaia do Sul

2.1 Apresentação

O Câmpus Sapucaia do Sul está localizado entre os dois maiores polos tecnológicos do Rio Grande do Sul: o de Porto Alegre e o de São Leopoldo, e entre os principais do Brasil.

A instituição é hoje composta por uma comunidade acadêmica formada por cerca de 1400 estudantes, 48 servidores técnico-administrativos e 83 docentes, além de 29 servidores terceirizados. Possui oferta de cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio: Eventos, Desenvolvimento de Sistemas, Informática, Plásticos e Mecânica, além do Técnico em Administração (ofertado na modalidade EJA). Possui ainda um curso de graduação em Engenharia Mecânica, um curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e uma pós-graduação, a Especialização em Educação.

A infraestrutura física do Câmpus se ampliou nestes 26 anos. Atualmente são mais de 38 mil metros quadrados de área total, sendo 16 mil metros quadrados de área construída, onde são disponibilizados à comunidade acadêmica: 18 salas de aula

com climatizadores de ar e sistemas de projeção; rampas de acesso para todos os ambientes e sanitários para Pessoas com Deficiências (PcDs); auditório com 300 poltronas e três espaços para cadeirantes e mini auditório para 50 pessoas; quadra poliesportiva coberta e ao ar livre; setor de saúde com profissionais de psicologia, médico e técnica em enfermagem; biblioteca com 581m², acervo físico de 18.500 volumes e 8.000 títulos acervo digital com 12.000 títulos; cantina e espaços de convivência; academia; sete laboratórios de informática; laboratórios de química, controle de qualidade, extrusão e sopro, reciclagem e injeção; laboratórios de usinagem, soldagem, microscopia e metalografia, ciências térmicas, Desenvolvimento Integrado de Materiais e Produtos (DIMP), hidráulica e pneumática, metrologia e Controle Numérico Padronizado (CNC); laboratórios de biologia e física; galeria de arte, laboratório de eventos e laboratório de Microscopia de Eletrônica Varredura (MEV).

O IFSul, ao oferecer o Curso de Licenciatura em Matemática, dá continuidade a uma trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2017), o IFSul expressa como um de seus objetivos seu fortalecimento como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e a articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico. Também, com base em sua função social preocupa-se em promover educação humano-científico-tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho.

Em seu Projeto Pedagógico Institucional (IFSul; PPI, p. 15) o IFSul apresenta como um de seus objetivos o oferecimento de cursos de licenciatura, bem como de programas especiais de formação pedagógica para Graduados não-licenciados, com vistas à formação de professores para a educação básica, com inclusão em seus processos formativos dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribuindo, desta forma, para a compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem.

No âmbito do Instituto a proposta da Licenciatura em Matemática está alinhada ao Projeto Pedagógico Institucional. O referido documento afirma que pensar uma

formação de professor capaz de articular racionalidade científica e prática reflexiva, requer uma transformação, não só da formação inicial, como também da formação continuada de professores em outra concepção de conhecimento, de ciência e de mundo, evidenciando que há um “movimento histórico” permanente de tensões entre o vivido e o por viver. Nesse sentido, o curso de Licenciatura em Matemática oportuniza a formação para docência em Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio

Os IFs têm uma institucionalidade diferenciada, dedicada a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, além de pesquisa e extensão, em uma mesma unidade educacional, com um mesmo corpo docente. A verticalização do ensino oportuniza ao estudante cursar na própria instituição desde o curso técnico de nível médio, a graduação e a pós-graduação.

Essas são características da verticalização, que por um lado oferece aos estudantes a possibilidade de percorrer um itinerário formativo da educação básica ao nível superior e por outro traz modificações no trabalho dos professores e professoras, uma vez que leva o corpo docente a realizar um trabalho simultâneo no ensino, na pesquisa e na extensão, em diferentes níveis e modalidades de ensino. Assumir uma atitude inovadora e transformadora da realidade social implica ampliar e fortalecer a integração entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto processo formativo sistêmico.

Nessa perspectiva, forma-se um ciclo dinâmico e interativo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos por meio do ensino e da extensão, fazendo com que esses três pilares balizadores da formação superior tornem-se complementares e interdependentes, atuando de forma integrada. Assim, o diálogo entre teoria e prática real, de forma contextualizada e interdisciplinar, possibilita processos de ensino e aprendizagem críticos geradores de novos saberes e novos fazeres no mundo do trabalho.

2.2 Endereço de funcionamento

O campus Sapucaia do Sul fica localizado na Av. Copacabana, 100 - Piratini, Sapucaia do Sul - RS, CEP 93216-120.

2.3 Bases legais de funcionamento

O câmpus Sapucaia do Sul fica diretamente subordinado à Reitoria, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 525 de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 1995.

2.4 Histórico do Câmpus

O Câmpus Sapucaia do Sul foi o primeiro do Instituto Federal Sul-rio-grandense estabelecido fora da cidade de Pelotas. Suas atividades começaram em 26 de fevereiro de 1996, quando era uma Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) da então Escola Técnica Federal de Pelotas. Em 1999, foi transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e em 2008, foi oficializado como câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul).

Quando o Câmpus Sapucaia do Sul iniciou suas atividades, em 1996, com o Curso Técnico em Plásticos, a formação acadêmica voltava-se ao campo profissional, e o fazia de forma bem-sucedida. Ocorria, no entanto, que esta orientação, por demais técnica, sobrepunha-se à formação cultural de forma geral. A partir de quando, algum tempo mais tarde, a instituição passou a ofertar Ensino Médio regular, não mais apenas técnico e sim técnico integrado.

Neste sentido, em 2007, foram criados os cursos Técnico em Gestão Cultural, Técnico em Programação de Computadores e Técnico em Administração, este último, na modalidade de educação de jovens e adultos. Em 2009, foi criado o Curso Superior em Engenharia Mecânica, e o Curso Técnico em Programação de Computadores passou a chamar-se Curso Técnico em Informática. O Curso Técnico em Gestão Cultural passou a chamar-se Técnico em Eventos a partir de 2013. Em 2017, foi criado o Curso de Especialização em Educação - Práticas Educativas para o Aprender. Em 2018, foi criado o Curso Técnico em Mecânica e em 2021 o Curso Técnico em Informática passou a chamar-se Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas.

2.5 Organograma do Câmpus

O Organograma do Câmpus está organizado na seguinte estrutura, como ilustrado na Figura 4:

- **SS-DIRGER - DIREÇÃO-GERAL DO CÂMPUS SAPUCAIA DO SUL**
FABIO ROBERTO MORAES LEMES | CD2
 - **SS-GABDIR - CHEFIA DE GABINETE DO DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SAPUCAIA DO SUL**
MONICA NUNES NEVES | FG1
 - **SS-CCS - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
PATRICIA HAMMES STRELOW | FG4
 - **SS-DIRAPE - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E ESTRUTURA**
CAROLINA SOARES DA SILVA | CD3
 - **SS-DEAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO**
GISLAINE GABRIELE SAUERESSIG | CD4
 - **SS-COAP - COORDENADORIA DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO**
CATIA CILENE MELLO ALANO | FG2
 - **SS-COGECE - COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS**
FREDERICO KLEINSCHMITT JUNIOR | FG2
 - **SS-COGEP - COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**
CINARA PEREIRA DE CARVALHO SILVA | FG2
 - **SS-COLIC - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS**
ALINE CRISTINA FERREIRA | FG2
 - **SS-COCAP - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS**
ALINE WEIGEL | FG1
 - **SS-DELOG - DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E LOGÍSTICA**
RAFAEL COSTA SILVEIRA | CD4
 - **SS-COMAG - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO GERAL**
EDUARDO CRISTIANO MILKE | FG1
 - **SS-COTIN - COORDENADORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**
- | FG4
 - **SS-DIREPE - DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**
MACK LEO PEDROSO | CD3

■ **SS-DEPEN - DEPARTAMENTO DE ENSINO**

MARCELIO ADRIANO DIOGO | CD4

- **SS-COAA - COORDENADORIA DE APOIO ACADÊMICO**

MARCIA REGINA ANDRES JEOVANI DA SILVA | FG2

- **SS-CAE - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

HENRYKHETA MARIA RODRIGUES FERNANDES PORTO | FG4

- **SS-COB - COORDENADORIA DE BIBLIOTECA**

VANESSA LEVATI BIFF | FG4

- **SS-CORAC - COORDENADORIA DE REGISTROS ACADÊMICOS**

MARCELO SALVI | FG1

- **SS-COADAC - COORDENADORIA DE APOIO À DIPLOMAÇÃO, ARQUIVO E CADASTRO**

EDERSON MARTINS RAMOS | FG2

- **SS-COPED - COORDENADORIA PEDAGÓGICA**

PATRICIA THOMA ELTZ | FG2

- **SS-CSEM - CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA MECÂNICA**

MARCUS VINICIUS FARRET COELHO | FCC

- **SS-CSTADS - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

- | FCC

- **SS-CTDS - CURSO TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS**

ALEX MULATTIERI SUAREZ OROZCO | FCC

- **SS-CTADMIN - CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

MARINEIVA TERESINHA DE MELO MANGANELI | FCC

- **SS-CTGE - CURSO TÉCNICO EM EVENTOS**

ANDRE LACERDA BATISTA DE SOUSA | FCC

- **SS-CTMEC - CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA**

ANDRE CAPELLAO DE PAULA | FCC

- **SS-CTPLAST - CURSO TÉCNICO EM PLÁSTICOS**

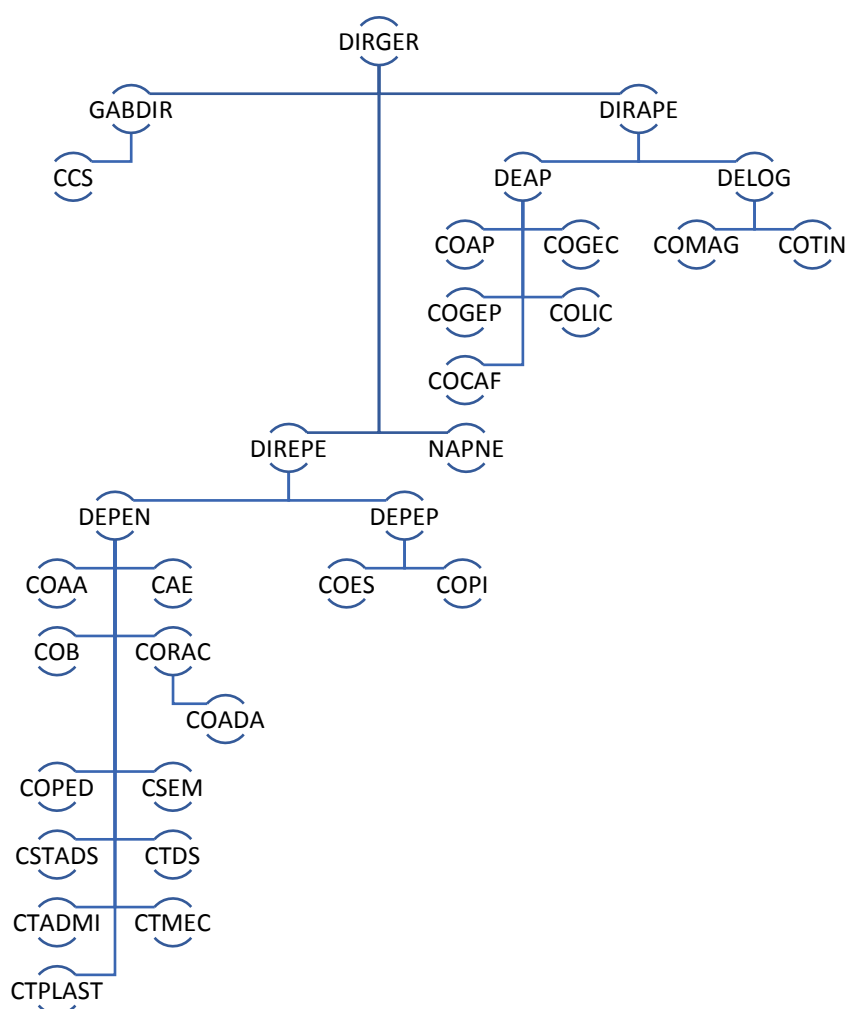
JOAO ANTONIO PINTO DE OLIVEIRA | FCC

■ **SS-DEPEP - DEPARTAMENTO DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

JANAINA PACHECO JAEGER | CD4

- **SS-COES - COORDENADORIA DE ESTÁGIOS**
BRUNA HELFENSTEIN ZANARDO | FG4
- **SS-COPI - COORDENADORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**
CLAUDIA CICERI CESA | FG2
- **SS-NAPNE - NÚCLEO DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS**
ALINE TAMIRES KROETZ AYRES CASTRO | FG1

Figura 4 – Organograma do Câmpus



2.5.1 Núcleos

O Câmpus Sapucaia conta com seis núcleos, compostos por representantes da comunidade acadêmica e externa e responsáveis por promover iniciativas voltadas à conscientização e debate sobre diferentes temas:

- Núcleo de Assuntos Internacionais (NAI)
- Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
- Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)
- Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI)
- Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS)
- Núcleo de Arte e Cultura (NAC)

3. Curso de Licenciatura em Matemática a Distância

3.1 Apresentação

O presente Projeto Pedagógico de Curso se insere dentro de uma proposta de formação de professores conforme preconiza a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Em sua essência, a referida Lei traz, como um de seus objetivos, a oferta de cursos de formação docente em nível de licenciatura, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, nas diferentes áreas do conhecimento, incluindo as áreas de ciências e Matemática.

O Curso de Licenciatura em Matemática a Distância visa formar professores de Matemática para atuarem na Educação Básica, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, habilitando-os para aprimorar, de forma significativa, suas intervenções nos processos de ensino e de aprendizagem de Matemática. Nessa perspectiva, o curso de Licenciatura em Matemática apresenta-se como um espaço formativo para o desenvolvimento de profissionais críticos e articulados com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas, que atuem de forma ética e cidadã frente às diversidades do mundo contemporâneo.

Em atendimento ao propósito formativo, os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam o presente Curso são regidos pela Organização Didática do IFSul.

A identificação do Curso está representada no Quadro 3, e a oferta curricular no Quadro 4.

Quadro 3 – Identificação do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância

Mantenedora: Ministério da Educação
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal
CNPJ da mantenedora: 10.729.992/0002-27
Endereço: Av. Copacabana, nº 100, Bairro Piratini, Sapucaia do Sul - RS, CEP: 93216-120
Fone: (51) 3452-9200
Site: http://www.sapucaia.ifsul.edu.br/portal/
E-mail: gabdir@sapucaia.ifsul.edu.br
Redes sociais: https://www.facebook.com/ifsulsapucaia https://www.instagram.com/ifsul_sapucaia https://twitter.com/ifsul_sapucaia
Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso
Nº documento: Ainda não realizado
Data de Publicação: Ainda não realizado
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Ato Regulatório: Renovação de Reconhecimento de Curso
Nº documento: Ainda não avaliado
Data de Publicação: Ainda não avaliado
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Titulação: Licenciado em Matemática
CC – Conceito de Curso: Ainda não avaliado
Conceito Enade: Ainda não avaliado
CPC – Conceito Preliminar de Curso: Ainda não avaliado

Quadro 4 – Oferta curricular do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância

Regime do Curso: Semestral
Regime de Matrícula: Disciplina
Regime de Ingresso: Semestral
Turno de Oferta: Tarde e Noite ?????
Número de vagas: 34
Duração do Curso: 4 anos
Carga horária em disciplinas obrigatórias: ????? h
Carga horária em disciplinas eletivas: ????? h
Carga horária em Estágio Supervisionado Obrigatório (se houver): 0 h
Carga horária em atividades curriculares de Extensão: ???? h
Carga horária em atividades curriculares de Pesquisa: ???? h
Carga horária em Trabalho de Conclusão de Curso: ??? h
Carga horária em Atividades Complementares: ????? h
Carga horária total do Curso: ????? h
Carga horária em disciplinas Optativas: 0 h

3.2 Bases Legais

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática está em consonância com as seguintes legislações vigentes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96);
- Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização;
- Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 10.048/2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;

- Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Portaria nº 3.284/03 do MEC - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000/Resolução nº 130/2014;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Resolução CONAES nº 01/2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- Decreto nº 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento

educacional especializado e dá outras providências;

- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016 - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;
- Resolução nº 1, de 11 de Março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017(Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional EAD);
- Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018 - Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB);
- Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018 - Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017;
- Resolução nº 7, do CES/CNE, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o

disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;

- Portaria nº 1.162/ 2018 (Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica);
- Decreto nº 10.502/2020 – Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;
- Portaria MEC nº 494, de 08 de julho de 2021 - Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, edição 2021, e prorroga a avaliação dos cursos vinculados às áreas de avaliação referentes aos anos II e III do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.

Base Orientadora Institucional:

- Resolução nº 11/2006 - Projeto Pedagógico Institucional: uma construção participativa;
- Organização Didática do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica>;
- Regimento Geral e Regimento Interno do Campus/IFSul - Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>;
- Regulamentos Institucionais. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/itemlist/category/51-regulamentos-institucionais>;
- Orientações para elaboração de programas de disciplinas - 2010. Orientações para o preenchimento dos formulários de programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Orientação Normativa PROEN nº 01/2010. Orientações gerais para elaboração das ementas dos programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 90/2012 - Estabelece os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos relativos aos Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores de Graduação no IFSul;
- Resolução nº 33/2012. Define os procedimentos para alteração de conteúdos e/ou bibliografias que já tenham sido aprovados pela Câmara de

Ensino e que tenham sido cursados em pelo menos um período letivo.
Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;

- Resolução nº 80/2014/IFSul. Trata dos estágios realizados por estudantes do IFSul, regidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 01/2016. Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 02/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Instrução Normativa PROEN nº 03/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 51/2016 do CONSUP/IFSul - Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Resolução nº 148/2017 do CONSUP/IFSul - Altera Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Instrução Normativa PROEN nº 01/2019. Regulamenta o ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 51/2016, retificada pela Resolução nº 148/2017 e pela Resolução nº 15/2019. Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 15/2018. Estabelece o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>;
- Resolução nº 128/2018 - Política de Extensão e Cultura do IFSul;
- Resolução nº 188/2022 - Regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa no IFSul;
- Resolução nº 015/2019 do CONSUP/IFSul - Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul;
- Regulamento para Atividades Complementares. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;
- Regulamento para Estágio. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;
- Regulamento para Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>;

3.3 Histórico do Curso

O IFSul, ao oferecer o Curso de Licenciatura em Matemática, dá continuidade a uma trajetória histórica da Educação Profissional no Brasil. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2017), o referido Instituto, expressa como um de seus objetivos seu fortalecimento como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e a articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico.

As definições teórico-metodológicas, são decorrentes do estudo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da proposta de Projeto Pedagógico do Curso, por meio da Portaria do IFSul n.º 3225, de 30 de dezembro de 2022. A proposta do Projeto Pedagógico do Curso foi submetida para apreciação da Câmara de Ensino do IFSul (Res. n.º XX, de mês, 2023) e do Conselho Superior do IFSul (Res. CONSUP/IFSUL n.º XX, de XX de XXXX de 2023).

3.4 Justificativa

No contexto atual em termos educacionais um dos desafios enfrentados pela educação refere-se à quantidade de professores que atuam em disciplinas para as quais não possuem formação específica. De acordo com os dados do Censo Escolar 2019 elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2019¹) em torno de 40 % não são formados nas disciplinas que ensinam seus alunos. Tal contexto acarreta problemas para a qualidade da educação básica, especialmente pública na qual os estudantes não recebem a educação de qualidade que deveria ser oferecida. Importa destacar que existe uma grande disparidade entre as regiões brasileiras. Todavia, mesmo na região sul para qual o presente curso se destina a situação é bastante preocupante pois 29,4% dos docentes da nossa região ensinam, diariamente, um conteúdo em que não são especializados.

¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/84011-inep-divulga-resultados-finais-do-censo-escolar-2019>.

De acordo com dados relacionados ao Mapeamento da Adequação Docente (INEP, 2022) destaca-se que as etapas dos anos finais e do Ensino Médio são ainda as etapas que apresentam os menores indicadores. Em uma breve retrospectiva histórica, o mapeamento realizado pelo INEP apresenta o seguinte cenário: em 2013, a taxa média de adequação dos professores de Matemática dos anos finais era de 41%, atingindo a média nacional de 55% de professores de Matemática adequados em 2021.

O Plano Nacional de Educação prevê a garantia de acesso à educação, e os Institutos Federais, tem por valores e missão, proporciona à sociedade "Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social".(PPI, 14).

O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como compromisso a eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (BRASIL, 2014).

O PNE é composto de vinte metas, sendo que as metas 12 e 13 versam sobre a Educação Superior. A meta 12 (PNE, 2014-2014) prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, o que reitera a necessidade da criação de cursos que possam atender a esta demanda, principalmente em se tratando de formação de um perfil de profissional cada vez mais necessário à sociedade.

Já a Meta 13 (PNE, 2014-2014) refere-se a elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo

exercício. Neste sentido, justifica-se a importância do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância para a sociedade e à comunidade no qual está inserido.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Matemática a Distância, do câmpus Sapucaia do Sul, contribui para que o Brasil possa atingir essas metas, tentando aumentar a oferta de profissionais qualificados na área de Matemática.

3.4.1 Número de vagas

O quantitativo é de 100 vagas a serem ofertadas, conforme cursos aprovados por meio do Edital 099/2022 da CAPES/UAB e no Plano de Oferta de Vagas Institucional, referentes ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSul.

3.4.2 Requisitos de Acesso

Para ingressar no Curso de Licenciatura em Matemática a distância, os candidatos deverão ter concluído o ensino médio ou equivalente. O ingresso, sob qualquer modalidade, nos cursos do IFSul, dar-se-á mediante processo seletivo, com critérios e formas estabelecidos em edital específico. O modo de ingresso no curso se dá por processo seletivo próprio, através das notas do histórico do ensino médio, conforme prevista em edital específico

As demais informações referentes às formas de ingresso estão especificadas na Organização Didática do IFSul.

3.5 Objetivos do Curso

3.5.1 Objetivo Geral

Formar licenciado em Matemática para docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, dotados de valores, habilidades, saberes e conhecimentos necessários para promover o raciocínio lógico, a postura crítica e humanística, e desta forma, vir a contribuir através de sua prática, com um ensino de qualidade na Educação Básica.

3.5.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver conteúdo da Matemática básica, e as requeridas competências para que o egresso adquira condições para agir com qualificado nível de abstração, estabelecendo relações dos conteúdos entre si e com outras áreas da ciência e do cotidiano;
- Promover conhecimento de tecnologias digitais de informação e comunicação para ensino e aprendizagem de Matemática;
- Desenvolver um processo interdisciplinar, para a constituição do professor pesquisador, que reflete, experimenta e avalia sua prática, tendo em vista a melhoria do ensino;
- Desenvolver pesquisa na sala de aula, tomando o aluno como sujeito da aprendizagem, buscando entender as diferentes estratégias desenvolvidas no processo de aprendizagem e buscando identificar as diferentes variáveis didáticas envolvidas no processo;
- Preparar o egresso para se tornar agente de transformação dentro de sua escola, questionando os programas e as propostas de ensino vigentes e multiplicando a formação recebida;
- Estimular o egresso para buscar a atualização permanente nas áreas de Ensino de Matemática e Educação Matemática, estando em contato com pesquisas e experiências novas para realimentar permanentemente a dinâmica do ensinar e do aprender;
- Promover a educação de seres humanos éticos, competentes e aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo princípios de valorização humana e ambiental;
- Despertar o espírito científico por meio de práticas de pesquisa e responsabilidade social mediante ações de extensão, ou outras modalidades educativas que envolvam a comunidade local;
- Contribuir, por meio de um processo interdisciplinar, para a constituição do professor pesquisador, que reflete, experimenta e avalia sua prática, tendo em vista a melhoria do ensino;
- Preparar professores de Matemática éticos, críticos, capazes de refletir, repensar sobre suas formas de vida, as organizações sociais,

econômicas e políticas, capazes de colaborar com o necessário fortalecimento do ensino de matemática nas escolas de ensino básico do país promovendo ensino de qualidade fundamentado na sólida formação matemática, pedagógica e humanitária recebida durante o processo de formação.

3.5.3 Público-alvo

O Curso está dirigido ao indivíduo com o Ensino Médio completo e aprovado no processo de seleção elaborado para o Curso de Licenciatura em Matemática a Distância

3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação

O perfil profissional do egresso do Curso contempla o desenvolvimento dos conhecimentos técnico-científicos, competências profissionais e posturas ético-sociais como:

- Dotado de conhecimento matemático, tendo consciência do modo de produção desta área incluindo origens, processo de criação, inserção cultural e conhecimento de suas aplicações em outras áreas;
- Dotado de conhecimento sobre as características peculiares a cada um dos raciocínios típicos da Matemática, a saber: o raciocínio lógico-algébrico, o combinatório e o geométrico;
- Apto a trabalhar de forma integrada com os docentes tanto da sua área como de outras áreas, no sentido de contribuir efetivamente com a proposta pedagógica da escola e favorecer uma aprendizagem integrada e significativa para os seus alunos, possuindo uma visão abrangente do papel social do educador;
- Dotado dos pressupostos das diferentes correntes epistemológicas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento de modo a compreender as potencialidades de raciocínio em cada faixa etária para proporcionar o desenvolvimento do raciocínio de seus alunos e a motivação pelo estudo da Matemática;
- Dotado de conhecimento sobre metodologias e materiais pedagógicos para o ensino de Matemática de modo a poder decidir, diante de cada conteúdo a ser

desenvolvido e de cada turma particular de alunos, o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem significativa de Matemática em seus alunos;

- Apto a avaliar, de forma contínua e sistemática, os resultados de sua atuação pedagógica como docente, visando a qualificação de seu empenho didático e profissional para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de seus alunos;

- Comprometido em analisar criticamente os novos paradigmas nos processos educativos, onde ocorre um deslocamento da função docente não mais na lógica exclusiva da transmissão do conhecimento na qual o professor constitui-se como a única e mais importante fonte de informação, mas aquele capaz de se relacionar com seu aluno e construir, com ele, novos conhecimentos;

- Apto a desenvolver pesquisas e projetos de extensão envolvendo os processos de ensinar e aprender Matemática;

- Comprometido com sua conduta profissional por referenciais éticos e legais, sempre com a visão de seu papel social como educador;

- Apto a reconhecer o quanto o domínio de certos conteúdos, habilidades e competências próprias da Matemática podem contribuir para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade;

- Habilidade de participar de forma construtiva nos processos de elaboração e avaliação do projeto pedagógico levando em consideração a qualidade de ensino, a cultura local, a inclusão digital, o papel da escola como formador de cidadãos e o papel da escola na comunidade onde está inserida;

- Comprometido com a visão do seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diferentes realidades com sensibilidade para interpretar e trabalhar as especificidades educacionais, sociais, culturais e econômicas do contexto e da gestão escolar;

- Dotado de conhecimentos específicos sobre os processos de inclusão envolvendo aspectos acerca das propostas de ensino e aprendizagem para estudantes Público-alvo da Educação Especial no contexto das aulas de matemática.

Na atuação deste profissional, destacam-se as seguintes atividades:

- 1) atuar como docente na Educação Básica (nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio);
- 2) atuar na gestão escolar;
- 3) continuar estudos de pós-graduação nas áreas de Matemática e/ou Educação;
- 4) Poderá também atuar na educação superior, segundo a legislação, em atividades docentes, em pesquisas científicas em Educação, em Matemática e, particularmente, na inter-relação entre estas.

É esperado que este profissional seja capaz de analisar as problemáticas do mundo atual em constante transformação e, através de sua formação matemática, constituir-se em agente de transformação, colocando em diálogo o ensino, a pesquisa e a extensão.

3.6.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul, prevê, como políticas institucionais de Ensino, que a organização curricular deve estar voltada para a formação de profissionais capazes de exercer com autonomia os processos tecnológicos e para o exercício da cidadania, para atender a diversificação e a complexidade social e do mundo do trabalho.

No atendimento deste propósito a estrutura curricular acadêmica está implementada, conforme OD; sustentada numa sólida formação científica e humanística, desenvolvida a partir da compreensão teórico-prática do mundo do trabalho.

O desenvolvimento do Curso tem como foco articulador os processos de construção do conhecimento integrando atividades em laboratórios, experimentando e simulando situações da realidade, como forma de aproximar o estudante o máximo possível do mundo de trabalho, bem como criar situações pedagógicas promotoras de aprendizagens significativas. Nessa perspectiva, são incentivadas atividades de pesquisa que atendam à realidade regional e nacional, além de promover uma

permanente e prioritária integração entre empresa e escola, por meio de convênios que permitam o aprofundamento prático do estudante.

Os estudantes terão a oportunidade de participar em ações de pesquisa e extensão ao longo de toda a sua formação, de maneira articulada com as ações de ensino. Dentre essas ações, estão as atividades complementares que são formas de implementar as políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão;

II - participação em eventos técnicos científicos;

III - atividades de monitorias;

IV - participação em cursos de curta duração;

V - trabalhos publicados em revistas indexadas ou não, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos;

VI - atividades assistenciais;

VII - atividades de estágio.

3.7 Currículo

A proposta do currículo do Curso de Licenciatura em Matemática a distância busca a formação do educador pesquisador, ressignificando os saberes, priorizando a indissociabilidade entre o processo de ensinar, de aprender a aprender e de pesquisar.

Atendendo a necessidade de formação específica nas áreas do conhecimento, o currículo privilegia a construção dos conceitos na área da Matemática e a transposição didática nas suas diferentes especificidades do conhecimento.

A proposta do currículo do Curso de Licenciatura em Matemática a distância pretende preparar o estudante para ter um bom domínio de conteúdos matemáticos, de teorias de ensino aprendizagem e saber adequá-las ao conteúdo específico e um bom domínio da tecnologia informática como ferramenta para a aprendizagem da Matemática. Além disso, preparar o estudante para ser um pesquisador dentro da sala de aula, capacitado a entender as diferentes estratégias desenvolvidas pelos alunos

no processo de aprendizagem e as variáveis didáticas envolvidas no processo, comprometido com um projeto de sociedade mais justa, tornando-o capaz de atender às demandas do mundo do trabalho na área da docência em Matemática, coadunando com o Art. 4 da Organização Didática do IFSul e com a Seção 9.2 do Projeto Pedagógico Institucional do IFSul.

3.7.1 Estrutura Curricular

O Curso de Licenciatura em Matemática possui um total de 3235 horas e foi concebido em uma estrutura de 10 semestres, organizados em componentes curriculares obrigatórios e eletivos, atividades complementares e trabalho de conclusão de curso. A carga horária total do curso está distribuída em 2210 horas de teoria nos diferentes componentes curriculares e 400 horas de prática desde o primeiro semestre. Ainda compõem o currículo 405 horas de estágio e 200 horas de atividades complementares.

Cada semestre foi dimensionado entre 270 e 390 horas, a fim de proporcionar o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no Curso. O percurso formativo do/a estudante licenciando/a do curso de Licenciatura em Matemática se propõe a oportunizar, desde o primeiro semestre, o diálogo entre teoria e prática, por meio de componentes curriculares que incluem horas de práticas em espaços educativos como: Educação a Distância: teoria e prática, Metodologia científica e de extensão em Educação, Seminário de pesquisa e prática I, II, III e IV, Laboratório de Ensino de Matemática I e II, Currículo, gestão e Planejamento, Teorias do ensino e da aprendizagem, Práticas de ensino e avaliação em educação, Educação especial na perspectiva da educação especial, Língua Portuguesa do Brasil: Leitura e Produção Textual, Políticas públicas em Educação no Brasil, Educação, Diversidade e Relações, Educação de Jovens e Adultos e Gestão Ambiental.

O Curso, em consonância com o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Superior, concebe o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação. Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante em projetos de ensino, pesquisa e extensão, participação em eventos, estágios

obrigatórios, tutorias acadêmicas, dentre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante. Para além dessas diversas estratégias, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais constitui-se importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

Nesse sentido, a flexibilização curricular, promovida pelas atividades complementares, tem o objetivo de fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, objetivando o crescimento da autonomia intelectual, a articulação e mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para colocá-los em prática e dar respostas originais e criativas ao pensar os novos desafios profissionais e tecnológicos. Também será possível agregar ao currículo, como forma de estudos integradores do processo formativo do estudante, atividades que permitam o aperfeiçoamento profissional, realizadas ao longo do Curso tais como: projetos e programas de pesquisa, atividades em programas e projetos de extensão, participação em eventos técnicos e científicos (seminários, simpósios, conferências, congressos, jornadas e outros da mesma natureza), aproveitamento em disciplinas que não integram o currículo do Curso e/ou disciplinas de outros cursos; participação em cursos e apresentação de trabalhos em eventos.

O Curso proporciona uma formação humanística, por meio de disciplinas da área de humanidades, a saber, Filosofia da Educação, Filosofia da Ciência, Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, Sociologia da Educação e Gestão Ambiental. Além desses componentes curriculares, somam-se outras atividades promovidas pelos diferentes núcleos do Instituto, como o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS), Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI), Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).

A problematização sobre o conhecimento nas diferentes disciplinas ocorre no desenvolvimento das aulas e dos projetos ao longo dos períodos letivos, utilizando como metodologia a pesquisa e a extensão. A pesquisa é uma abordagem metodológica que integra o fazer pedagógico. Nesse sentido, ganham destaque as estratégias educacionais que privilegiam a relação entre teoria e prática, a integração com a realidade social e econômica da região, a pesquisa e extensão como princípios de ensino e aprendizagem, a integração e articulação dos conhecimentos em diferentes áreas, a interdisciplinaridade nas práticas educativas, a elaboração de projetos articulando saberes e competências, valorização do conhecimento anterior dos estudantes e a problematização, contextualização e sistematização do conhecimento.

O Curso objetiva formar sujeitos capazes de exercer com competência sua condição de cidadão construtor de saberes significativos para si e para a sociedade. Nesse sentido, faz-se necessária uma compreensão de que o conhecimento não se dá de forma fragmentada, e sim no entrelaçamento entre as diferentes ciências. Diante desta compreensão, a organização curricular do Curso assumirá uma postura interdisciplinar, possibilitando, assim, que os elementos constitutivos da formação plena do estudante sejam partes integrantes do currículo de todas as disciplinas.

Para tal, a interdisciplinaridade ocorre desde o início do Curso. O currículo do Curso de Licenciatura em Matemática organiza-se por meio de uma abordagem interdisciplinar objetivando o diálogo entre áreas com saberes diferentes. A interdisciplinaridade pressupõe que o conhecimento seja trabalhado através das relações e inter-relações entre os diversos campos de saberes. Essa proposta se efetiva mediante a relação dinâmica entre conteúdos de duas ou mais disciplinas rompendo com a fragmentação do conhecimento. Nesse sentido, no programa das disciplinas, em especial na descrição de suas ementas, há menção sobre a interface dialógica proposta entre os conteúdos curriculares do semestre.

Na análise de Frigotto e Araújo (2018), a interdisciplinaridade impõe-se pela própria forma de o homem produzir-se como ser social, sujeito e objeto do conhecimento. Uma proposta interdisciplinar funda-se no caráter dialético da realidade social, pautada pelo princípio dos conflitos e das contradições, movimentos complexos pelos quais a realidade pode ser percebida como una e diversa ao mesmo tempo,

algo que nos impõe delimitar os objetos de estudo demarcando seus campos sem, contudo, fragmentá-los. Significa que, embora delimitado o problema a ser estudado, não podemos abandonar as múltiplas determinações e mediações históricas que o constituem.

Uma proposta educativa interdisciplinar é desenvolvida por uma visão geral da formação num sentido progressista e libertador. A integração constitui-se em um dos fundamentos do currículo, tanto do ponto de vista da interdisciplinaridade e da unidade teoria-prática, quanto do trabalho coletivo. Pretende-se como resultado da adoção de uma abordagem interdisciplinar e da interlocução entre teoria e prática, alcançar a produção de novos conhecimentos e de novas possibilidades de entendimento do fenômeno educativo, o que poderá constituir-se na transdisciplinaridade como encaminhamento. Em especial, tratando-se de percurso formativo para docência como no curso de Licenciatura em Matemática, ao oportunizar a vivência dialógica entre conteúdos ao longo do curso, preconiza-se a possibilidade de transposição didática dessa abordagem interdisciplinar nas escolas de educação básica para o futuro professor.

Nesse contexto, a estrutura curricular do Curso foi planejada, considerando as demandas do mundo do trabalho, em virtude da demanda por profissionais na área de atuação do Curso. Assim, o currículo do curso de Licenciatura em Matemática se compõe de conteúdos relacionados em três núcleos de formação propostos em diferentes componentes curriculares a cada semestre do curso.

O núcleo 1, de formação geral, está composto pelas seguintes disciplinas: Metodologia Científica e de Extensão em Educação; Educação a distância: teoria e prática; Gestão Ambiental; Educação, Diversidade e relações étnico-raciais; LIBRAS; Língua Portuguesa do Brasil: Leitura e Produção Textual.

O núcleo 2, de aprofundamento e diversificação de estudos, se compõem de conhecimentos específicos da área da Matemática e de conhecimentos pedagógicos fundamentais ao exercício da docência, trabalhados nas seguintes disciplinas: Matemática Elementar I; Matemática Elementar II; Geometria Plana; Laboratório de Ensino de Matemática I; Laboratório de Ensino de Matemática II; Geometria Espacial: Cálculo Diferencial; Matemática Discreta; Geometria Analítica; Cálculo Integral; Cálculo de Várias Variáveis; Conjuntos Numéricos; Sequências e Séries; Tecnologias

no Ensino da Matemática I; Tecnologias no Ensino da Matemática II; Álgebra Linear; Equações Diferenciais Ordinárias; Física I; Física II; Introdução à Estatística e Probabilidade; Estruturas Algébricas; História da Matemática; Matemática Financeira; Currículo, Gestão e Planejamento; Filosofia da Educação; Teorias do ensino e da aprendizagem; Epistemologias; Práticas de Ensino e Avaliação em Educação; História da Educação no Brasil; Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Sociologia da Educação; Educação de Jovens e Adultos.

O núcleo 3 compreende o núcleo de estudos integradores e está contemplado nos seguintes componentes curriculares: Seminário de Pesquisa e Prática I; Seminário de Pesquisa e Prática II; Seminário de Pesquisa e Prática III; Seminário de Pesquisa e Prática IV; Estágio I; Estágio II; Estágio III; Estágio IV; Práticas Extensionistas I; Práticas Extensionistas II; Práticas Extensionistas III; Práticas Extensionistas IV; Trabalho de Conclusão de Curso.

O primeiro semestre tem um total de 285 horas distribuídas em 235 horas de carga horária teórica com 70 horas de prática. As disciplinas de Matemática Elementar I e Geometria Plana possuem, cada uma, 60 horas de carga horária teórica. A disciplina de Educação a Distância: Teoria e Prática tem um total de 45 horas, com 20 horas de prática. A disciplina de Metodologia Científica e de Extensão em Educação tem um total de 75 horas com 20 horas de prática, das quais 20h de extensão e 20h de pesquisa. O componente curricular de Seminário de Pesquisa e prática I possui um total de 45 horas e uma proposta interdisciplinar com a disciplina de Matemática Elementar I, além disso, a disciplina possui 35 horas de carga horária teórica, das quais 10 horas são de pesquisa e 30 horas de prática.

O segundo semestre tem um total de 330 horas distribuídas em 280 horas de carga horária teórica com 80 horas de prática. A disciplina de Matemática Elementar II possui 75 horas de carga horária teórica, já, a disciplina de Geometria Espacial possui 60 horas também de carga horária teórica. A disciplina de Laboratório de Ensino de Matemática I tem um total de 90 horas, sendo 70 horas teóricas, das quais 20 horas são de pesquisa e 60 horas são de prática. A disciplina de Currículo, Gestão e Planejamento possui um total de 60 horas, sendo 40 horas teóricas e 20 horas de pesquisa e 10 horas de prática. O componente curricular de Seminário de Pesquisa e Prática II possui um total de 45 horas, sendo 35 horas de carga horária teórica e 10

horas de pesquisa, com 30 horas de prática. A disciplina de Seminário de Pesquisa e Prática II, componente do núcleo de estudos integradores, possui uma proposta interdisciplinar com a disciplina de Currículo, Gestão e Planejamento.

O terceiro semestre tem um total de 315 horas distribuídas em 285 horas de carga horária teórica e 60 horas de prática. As disciplinas de Matemática Discreta, Geometria Analítica e a disciplina de Filosofia da Educação possuem carga horária teórica de 60 horas cada uma. A disciplina de Laboratório de Ensino de Matemática II possui um total de 90 horas, sendo 70 horas teóricas, das quais 20 horas são de pesquisa e 40 horas são de prática. A disciplina de Seminário de Pesquisa e Prática III tem um total de 45 horas, distribuídas em 35 horas de teoria e 20 horas de prática, sendo 10 horas de pesquisa. O componente curricular Seminário de Pesquisa e Prática III compõe o núcleo de estudos integradores e possui uma proposta interdisciplinar com a disciplina de Laboratório de Ensino de Matemática II.

O quarto semestre tem um total de 285 horas distribuídas em 245 horas de carga horária teórica e 50 horas de prática. A disciplina de Cálculo Diferencial possui carga horária de 75 horas teóricas e a disciplina de Álgebra Linear possui carga horária de 60 horas teóricas. A disciplina de Epistemologias possuiu um total de 45 horas, sendo 10 horas de pesquisa. A disciplina de Teorias do Ensino e da Aprendizagem possui carga horária teórica de 60 horas, sendo 40 horas teóricas e 20 horas de pesquisa, sendo 20 horas de práticas. A disciplina de Seminário de Pesquisa e Prática IV tem um total de 45 horas, distribuídas em 35 horas de teoria, sendo 10 horas de pesquisa e 30 horas de prática. O componente curricular Seminário de Pesquisa e Prática IV compõe o núcleo de estudos integradores e possui uma proposta interdisciplinar com a disciplina de Teorias do Ensino e da Aprendizagem.

O quinto semestre tem um total de 345 horas distribuídas em 235 horas de carga horária teórica, 110 horas de prática e 90 horas de extensão e, para além disso, contempla 90 horas de estágio supervisionado. As disciplinas de Cálculo Integral, Conjuntos Numéricos e Tecnologias no Ensino de Matemática I possuem 60 horas teóricas. A disciplina de Práticas de Ensino e Avaliação em Educação tem um total de 75 horas, sendo 55 horas de carga horária teórica e 20 horas de pesquisa, sendo 20 horas de prática. O componente curricular de Prática Extensionista I tem 90 horas de extensão e compõe o núcleo de estudos integradores, com uma proposta

interdisciplinar com a disciplina de Práticas de Ensino e avaliação em educação, bem como o Estágio Supervisionado I. O Estágio Supervisionado I possui 90 horas e integra o núcleo de estudos integradores e por meio da atividade de estágio obrigatório onde os conhecimentos teórico-práticos são integrados.

O sexto semestre tem um total de 345 horas distribuídas em 200 horas de carga horária teórica, 125 horas de práticas e 105 horas de extensão, além destas, possui 105 horas de estágio supervisionado. As disciplinas de Cálculo de Várias Variáveis, Conjuntos Numéricos e Sequências e Séries possuem carga horária teórica de 60 horas cada uma. A disciplina de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva possui um total de 60 horas, distribuídas em 40 horas de carga horária teórica e 20 horas de pesquisa, sendo 20 horas de prática. A disciplina de História de Educação no Brasil possui 60 horas, sendo 40 horas teóricas e 20 horas de pesquisa. O componente curricular de Prática Extensionista II tem 105 horas de extensão e compõe o núcleo de estudos integradores, com uma proposta interdisciplinar com o Estágio Supervisionado II. O Estágio Supervisionado II possui 90 horas e integra o núcleo de estudos integradores e por meio da atividade de estágio obrigatório onde os conhecimentos teórico-práticos são integrados.

O sétimo semestre tem um total de 330 horas distribuídas em 195 horas de carga horária teórica, 105 horas de extensão, além destas, possui 105 horas de estágio supervisionado. As disciplinas de Equações Diferenciais Ordinárias e Física I possuem carga horária teórica de 60 horas cada uma. A disciplina de Língua Portuguesa do Brasil: Leitura e Produção Textual possui um total de 45 horas, sendo 10 horas de pesquisa e 10 horas de prática. A disciplina de Políticas Públicas em Educação no Brasil tem um total de 60 horas, sendo 40 horas teóricas e 20 horas de pesquisa, sendo 10 horas de prática. O componente curricular de Prática Extensionista III tem 105 horas de extensão e compõe o núcleo de estudos integradores, com uma proposta interdisciplinar com o Estágio Supervisionado III. O Estágio Supervisionado III possui 105 horas e integra o núcleo de estudos integradores e por meio da atividade de estágio obrigatório onde os conhecimentos teórico-práticos são integrados.

O oitavo semestre tem um total de 330 horas distribuídas em 195 horas de carga horária teórica, 105 horas de extensão, além destas, possui 105 horas de

estágio supervisionado. As disciplinas de Física II e Tecnologias no Ensino de Matemática II possuem 60 horas teóricas cada uma. A disciplina de LIBRAS possui um total de 45 horas, sendo 10 horas de pesquisa. A disciplina de Sociologia da Educação tem um total de 60 horas, sendo 40 horas teóricas e 20 horas de pesquisa. O componente curricular de Prática Extensionista IV tem 105 horas de extensão e compõe o núcleo de estudos integradores, com uma proposta interdisciplinar com o Estágio Supervisionado IV. O Estágio Supervisionado IV possui 105 horas e integra o núcleo de estudos integradores e por meio da atividade de estágio obrigatório onde os conhecimentos teórico-práticos são integrados.

O nono semestre tem um total de 240 horas distribuídas em 165 horas de carga horária teórica e 65 horas de pesquisa, sendo 40 horas de prática. A disciplina de Estruturas Algébricas tem 60 horas teóricas. A disciplina de Matemática Financeira tem 45 horas teóricas. A disciplina de Educação, diversidade e relações étnico-raciais possui um total de 60 horas, sendo 40 de horas teóricas e 20 horas de pesquisa, sendo 20 horas de prática. A disciplina de Educação de Jovens e Adultos possui um total de 30 horas teóricas, sendo 20 horas de prática. O Trabalho de Conclusão de Curso I destina-se ao desenvolvimento do projeto de pesquisa que possui carga horária de 45 horas de pesquisa.

O décimo semestre tem um total de 210 horas distribuídas em 165 horas de carga horária teórica e 45 horas de pesquisa, sendo 40 horas de prática. A disciplina de História da Matemática possui carga horária teórica de 60 horas, sendo 20 horas de prática. A disciplina de Introdução à Estatística e Probabilidade tem 60 horas teóricas. A disciplina de Gestão Ambiental possui um total de 45 horas, sendo 20 horas de prática. O Trabalho de Conclusão de Curso II destina-se ao desenvolvimento do artigo final que possui carga horária de 45 horas de pesquisa.

3.7.2 Matriz curricular

Disponível no Apêndice C.

3.7.3 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

Disponível no Apêndice D.

3.7.4 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB nº 9.394/96, o Curso prevê a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros Cursos de Educação Profissional Tecnológica;
- em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de educação profissional inicial e continuada, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regido operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando a reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso. Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Câmpus. Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos, habilidades e competências de natureza similar e com igual profundidade daqueles promovidos pelas atividades formalmente desenvolvidas ao longo do itinerário curricular do Curso.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do estudante.

No processo deverão constar memorial descritivo especificando os tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer, assinado por docente da área, indicado em portaria específica. Os procedimentos necessários à abertura e desenvolvimento do processo de validação de conhecimentos e experiências adquiridas no trabalho encontram-se detalhados na Organização Didática do IFSul

3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes. (Organização Didática e Regulamento de Estágio do IFSul). Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

3.7.5 Atividades Complementares

O Curso Superior de Licenciatura em Matemática EaD prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de fomentar o contato do aluno com o mundo do trabalho, assim como adquirir experiências por intermédio de práticas de pesquisa e extensão e aprimorar seus

conhecimentos com cursos que complementam a formação de professores proposta pelo Curso.

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática e estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

Cumprindo com a função de enriquecer o processo de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

A modalidade operacional adotada para a oferta de Atividades Complementares no Curso encontra-se descrita no Regulamento de Atividades Complementares no apêndice E.

3.7.6 Trabalho de Conclusão de Curso

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso no formato de artigo como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

- I) Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso;
- II) Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;
- III) Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico e científico e pedagógico do acadêmico;
- IV) Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

Para assegurar a consolidação do referido princípio, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na

Organização Didática e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso, disponível no Apêndice F.

3.7.7 Metodologia

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos legais para a oferta da Licenciatura contempla estratégias problematizadoras e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do IFSul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos de formação de professores profundamente comprometidos com a inclusão social, por intermédio da inserção qualificada dos egressos no mundo de trabalho. O trabalho pedagógico considera as necessidades educacionais dos estudantes, o perfil das turmas e as especificidades das disciplinas.

Entende-se que os saberes não se limitam aos saberes acadêmicos, mas se constituem em um sistema de sentidos construído afetiva e emocionalmente nas experiências de vida. Desta forma, A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, enquanto eixo de formação, possibilita uma formação do egresso com base sólidas, tanto na dimensão científica, na dimensão humana quanto na profissional, propicia vivências e experiências significativas ao estudante, possibilita a construção de um saber alicerçado na realidade e, a partir dos conhecimentos produzidos e acumulados, proporciona refletir sobre as grandes questões da atualidade e assim, ser capaz de comprometer-se com a transformação da realidade socioeconômica, cultural e ambiental.

3.8 Política de formação integral do estudante

Na política de Formação Integral ganham destaque estratégias educacionais encaminhadoras do estudante para a aprendizagem contínua e para a autonomia intelectual, familiarizando-se com procedimentos da pesquisa como princípio educativo, exercitando as habilidades diagnósticas e prospectivas diante de situações-problema típicas do campo pedagógico. Nesta perspectiva, o/a

licenciando/a na EAD adquire o status de protagonista dos processos de ensino e aprendizagem, desenvolvendo a competência de situar-se com eficiência e ética, diante de cenários profissionais inusitados, e em constante mudança.

Este projeto alinha-se às políticas educacionais do Instituto, promovendo o permanente envolvimento dos estudantes com as questões contemporâneas, com vistas à qualificação de seus processos de formação cultural e técnico-científica. Os Cursos EaD do IFSul, são embasados por uma política de formação integral, objetivando qualidade, equidade, efetividade, baseadas em princípios caracterizados pelo respeito aos direitos humanos e ao exercício da cidadania, valorizando a pluralidade de saberes.

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos/as licenciandos/as, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária. Estas políticas são implementadas por meio de diferentes programas e projetos: Programa institucional de iniciação à docência (PIBID); Programa nacional de assistência estudantil (PNAES); Programa nacional de alimentação escolar (PNAE); Programa de intercâmbio e mobilidade estudantil; Programa nacional biblioteca na escola (PNBE); Projetos de apoio à participação em eventos; Programa nacional do livro didático (PNLD); Projetos de ensino, pesquisa e extensão; Programa de tutoria acadêmica; Programa bolsa permanência e Programa de monitoria.

Os projetos e programas citados fornecem aos estudantes diferentes benefícios, destacando-se aos auxílios alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte urbano e intermunicipal, além de disponibilizar profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos, psicopedagogas. Há também atendimento médico e odontológico com consultórios dentro da instituição. O IFSul disponibiliza e incentiva a participação em Núcleos de apoio, tais como, Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED), Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleo de Promoção e Prevenção em Saúde (NUPPS).

No âmbito do Curso são adotadas as seguintes iniciativas: promoção de grupos de estudos nos diferentes polos; articulação com instituições educacionais regionais parceiras para possibilitar práticas pedagógicas através de projetos de ensino, pesquisa e extensão e estágios; orientação acadêmica com o objetivo de integrar o/a

licenciando/a ingressante ao ambiente do IFSul, conscientizando-o/a quanto a formação que será desenvolvida ao longo do curso e realização de atividades extracurriculares que envolvam as áreas de ensino, pesquisa e extensão, favorecedoras de uma formação acadêmica diferenciada, tanto para integração na profissão como para o desenvolvimento de estudos em programas de pós-graduação.

3.9 Políticas de apoio ao estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária. Estas políticas são implementadas mediante diferentes programas e projetos, quais sejam:

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES);
- Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
- Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Programa de Monitoria;
- Projetos de apoio à participação em eventos;
- Programa Bolsa Permanência;
- Programa de Tutoria Acadêmica.

No âmbito do Curso, são adotadas as seguintes iniciativas:

- Aulas de reforço;
- Oficinas especiais para complementação de estudos;
- Atendimento ao estudante, individualizado e em pequenos grupos.

3.10 Política de inclusão e acessibilidade do estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, o respeito às diferenças individuais, especificamente das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras. A Política de Inclusão e

Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, propõe o acesso e permanência de todos os estudantes através da acessibilidade e os recursos necessários, prioritariamente para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas. É papel desta política, de forma transversal, articular o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão do IFSul, de forma, a garantir os preceitos dos direitos humanos para o corpo discente.

3.11 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) prevê como política de ensino que nos cursos a distância ou semipresenciais oferecidos pelo IFSul serão considerados como princípio a utilização de uma metodologia de ensino que privilegie a construção dos conhecimentos como princípio educativo; a flexibilidade, quanto ao respeito ao ritmo e condições do estudante para aprender o que se exigirá dele; a autonomia dos/as licenciandos/as e o autogerenciamento da aprendizagem; a interação como ação compartilhada em que existem trocas, capazes de contribuir para evitar o isolamento e manter o processo motivador da aprendizagem; a contextualização, enquanto recurso para tirar o/a licenciando/a da condição de expectador/a passivo/a; articulação entre teoria e prática no percurso curricular; o planejamento, considerando as necessidades de aprendizagem e o perfil cultural dos/as licenciandos/as; o acompanhamento do processo de aprendizagem por professores especialistas, tutores/as a distância (professores/as mediadores/as a distância) e orientadores/as acadêmicos (tutores/ as presenciais/professores/as mediadores/as presenciais), assessorados por pedagogos; a motivação do/a licenciando/a para com o objeto da sua profissão; uma base sólida para a compreensão de conceitos fundamentais voltados à área de atuação; o uso e difusão de novas tecnologias.

O processo formativo em formato EaD será produzido, executado e avaliado sob responsabilidade do IFSul, com acompanhamento presencial e não presencial. Os momentos presenciais metodologicamente são realizados no polo de apoio presencial com a mediação de um/a tutor/a presencial ou professor/a mediador/a presencial. Os polos deverão garantir espaços equipados de forma que permitam a

interação, constante reflexão, atividades práticas, debates, avaliação dos conteúdos e o encaminhamento aos estudos independentes.

Os encontros presenciais (como aulas presenciais, provas e outras atividades) ocorrem nos polos de apoio, já os momentos não presenciais, ocorrem por meio do autoestudo através da Internet e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mais especificamente o Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment). A escolha deste AVA se deu pelo fato desta ferramenta possuir uma gama de recursos educacionais de comunicação síncrona e assíncrona, como por exemplo, avaliações e atividades de estudo, baseada na construção social do conhecimento.

Além disso, o IFSul vem investindo na produção de diversos materiais baseado em videoaulas e animações, e se aproximando dos discentes através de plataformas de webconferências. Todo o material didático disponibilizado no Moodle, seja apostilas, videoaulas, atividades, produzidos para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos, buscará estimular o estudo e a produção individual de cada licenciando/a, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação do conteúdo explanado.

Esses materiais são produzidos com apoio do corpo docente que ministra as disciplinas com suporte da Coordenação de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE), do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) da Pró-reitoria de Ensino. Na CPTE, os professores contam com o apoio de designers educacionais e da equipe multidisciplinar. Durante todo esse processo mediado por tecnologia, os/as licenciandos/as estão sempre apoiados pelo/a tutor/a ou professor/a mediador/a à distância e presencial.

Além disso, as atualizações bem como manutenções dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem ficam a cargo do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias da Reitoria em conjunto com a CPTE e o Departamento de TI do IFSul. Ainda, com vistas a contribuir para que o/a licenciando/a possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas em um processo autônomo de (re)construção do conhecimento, este projeto assume a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos, instigando o/a licenciando/a no sentido da curiosidade em direção à compreensão do mundo que o/a cerca, priorizando: a responsabilidade e comprometimento com o saber fazer; a proposição de situações

desafiadoras e instigadoras à exploração de diferentes possibilidades; a proatividade, estimulada pelo empreendimento de atividades individuais e em grupo.

Desde o entendimento da pertinência e da necessidade de associar-se a pesquisa e à extensão ao desenvolvimento de projetos contextualizados e interdisciplinares e com base na Resolução CNE/CES 07/2018 que determina pelo menos 10% (dez por cento) do total de carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, orientados prioritariamente para as áreas de grande pertinência social, pretende-se nas diferentes situações de aprendizagem, potencializar investigações e projetos de ação que concorram para a melhoria da coletividade e do bem comum.

3.12 Curricularização da extensão e da pesquisa

A curricularização da extensão tem 13% da carga horária do curso, através das disciplinas de: Metodologia Científica e de Extensão em Educação e Práticas Extensionistas I a IV.

A curricularização da pesquisa tem 12% da carga horária total do curso, contemplando as disciplinas de: Metodologia Científica e de Extensão em Educação, Seminários de pesquisa e prática I a IV, Laboratórios de Ensino de Matemática I e II, Currículo, gestão e planejamento, Epistemologias, Teorias do ensino e da aprendizagem, Práticas de ensino e avaliação em educação, Educação especial na perspectiva da educação inclusiva, História da Educação no Brasil, Língua Portuguesa do Brasil: Leitura e Produção Textual, Políticas públicas em Educação no Brasil, LIBRAS, Sociologia da Educação, Educação, Diversidade e Relações étnico-raciais, Trabalho de Conclusão de Curso I – projeto de pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso II – artigo final.

A organização curricular, assim disposta, busca atender a Meta 12.7, da Lei 13.005/2014, na qual, as ações e atividades curriculares de extensão estão constituídas de forma vinculada a programas ou projetos de extensão.

3.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do Curso é planejada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o resultado das avaliações externas (as avaliações externas compreendem as análises dos resultados do ENADE, das avaliações in loco do Curso e do relatório de acompanhamento de egressos), como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do Curso, conforme descrito a seguir.

Na gestão do Curso ocorre a efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, visando o aprimoramento contínuo do planejamento do Curso, através do envolvimento de discentes e docentes. Essas instâncias são representadas pelo(a) coordenador(a) e Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergem para o Colegiado de Curso. Nesse sentido, a gestão do Curso administra a potencialidade do corpo docente, favorecendo a integração e a melhoria contínua, que tem por meta a produção científica, cultural, artística ou tecnológica dos docentes, de forma que pelo menos 50% dos docentes possuam, no mínimo, 9 produções nos últimos 3 anos.

Em última análise, o NDE orienta e dá suporte na implantação do projeto pedagógico como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica.

3.13.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul, as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou ao redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
- Colegiado/Coordenação de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
- Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
- Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
- Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino (itens estruturais do Projeto).

A descrição dos procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE, constam na Organização Didática do IFSul. A escolha da Coordenação do Curso ocorre mediante edital específico, divulgado no site institucional.

3.14 Atividades de tutoria

Não se aplica.

3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são entendidas como recursos digitais que contribuem para viabilizar projetos de ensino e aprendizagem propostos pelo Curso, tendo em vista que possibilitam a realização de atividades e facilitam o acompanhamento e a avaliação contínua do desenvolvimento das competências de seus estudantes, além de agilizar a comunicação constante entre alunos, professores e coordenador.

A instituição incentiva a utilização das TICs procurando fornecer apoio tecnológico e suporte técnico para os docentes. Os professores utilizam o ambiente Moodle, acrônimo de *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto), que facilita o acompanhamento do percurso de aprendizagem, bem como outros recursos de comunicação disponíveis:

- Para gestão institucional: sistema SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) que é um sistema web (<http://suap.ifsul.edu.br>) onde docentes, técnicos administrativos e estudantes possuem acesso a módulos referentes ao ensino (registros de diários de classe, notas, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, convocações para o ENADE, horários de componentes curriculares, emissão de comprovantes), a pesquisa e a extensão (editais, projetos, emissão de declarações), e a administração institucional.
- Para comunicação entre coordenador, professor e estudante: e-mail institucional por meio do Google, por mensagem pelo Moodle ou por vídeo e áudio através de webconferência pelo Google Meet.
- Para a divulgação das ações do Curso: site institucional do Curso (<http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus/7>) e Servidor do Curso no Discord (Exclusivo para alunos e docentes).
- Para a produção de materiais didáticos com uso das TICs: os docentes contam com apoio do setor de Educação à distância do IFSUL, conhecido por CPTE, acrônimo de Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais (<http://ead.ifsul.edu.br/index.php/ultimas-noticias/59-news/127-a-cpte>), que disponibiliza serviços para gravação de vídeo em estúdio e equipe para produção e diagramação de objetos de aprendizagem.
- Para a disponibilização de materiais didáticos aos alunos: diversos ambientes podem ser utilizados, como o Moodle, o SUAP e o Google Drive.

A instituição utiliza os aplicativos do Google, facilitando a comunicação, colaboração e interação. Um dos Apps utilizados é o Google Meet, que permite interação síncrona, possibilita o agendamento de reunião e de atendimentos em

qualquer espaço. Além disso, cada aplicativo do Google possui um App: para leitura de e-mail pode-se utilizar o Gmail, para gerenciar os arquivos tem o App do Google Drive, o APP do Meet já mencionado para momentos síncronos, os APPs do Documentos, Apresentações e Planilhas também são disponibilizados em dispositivos móveis. Todos os aplicativos estão disponíveis para usuários nas plataformas Android e iOS. Também destacamos que o ambiente Moodle possui App, facilitando o acesso dos estudantes ao conteúdo, permitindo acompanhar as orientações de atividades e materiais das disciplinas em que estiver matriculado. Pode ainda, interagir nos fóruns, entregar tarefas, trocar mensagens, visualizar os eventos e agendar para receber notificações.

A acessibilidade digital e comunicacional está presente em todo o processo de ensino-aprendizagem no que tange as questões da TICs, na orientação ao professor que publica material, para que seja acessível (vídeos com legenda, áudios com transição, PDF estruturado etc.), também em relação ao ambiente que permite a navegação por leitores de tela.

3.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Moodle é um sistema de gerenciamento de e-learning mundialmente conhecido e de ampla utilização por ser desenvolvido em código aberto. Sua interface é intuitiva e seus recursos de interação e avaliação passam por atualizações periódicas em nível de comunidade de desenvolvimento (Moodle.org) e em nível institucional pela equipe de TI do IFSUL.

O Curso utiliza o Moodle como ambiente para suas atividades de sala de aula, isto é, interação entre docente, estudante e coordenador. Cada disciplina do curso possui um espaço para que o professor e o aluno possam interagir, compartilhar materiais, realizar atividades e organizar os recursos e tecnologias de forma a favorecer a aprendizagem. Esses espaços são personalizados pelos docentes, que podem diversificar o formato das aulas, por meio dos recursos ou ferramentas externas para disponibilização de conteúdos, administração e organização do plano de aula, com atividades e avaliação.

No ambiente, o professor possui autonomia para organizar e publicar seus arquivos, atividades e ou recursos podendo utilizar funcionalidades do ambiente para

facilitar o acesso e personalizar o percurso de navegação com auxílio de pré-requisitos como datas para acesso e conclusão de atividade, entre outros, permitindo que os estudantes visualizem materiais adicionais, gabaritos de atividades de acordo com sua evolução na disciplina. Além dessas funcionalidades, o Moodle oferece recursos para permitir a realização de atividades e avaliações com a possibilidade de feedback, como tarefas, questionários e fóruns. Essas avaliações podem ser realizadas de forma individual ou coletiva e os feedbacks também podem ser devolvidos da mesma maneira.

O Moodle atende aos principais critérios tecnológicos de qualidade relacionados à usabilidade e à acessibilidade. Para isso, utilizam-se os padrões W3C, associados ao design de interface e ao design responsivo, possibilitando o acesso aos conteúdos e às informações por meio de diferentes plataformas e dispositivos. Em relação à acessibilidade metodológica, há uma orientação ao docente ao planejar e publicar seus materiais para serem acessíveis, como por exemplo: publicar vídeos com legenda, áudios com transição, PDF estruturado etc. É também um ambiente acessível por Tecnologias Assistivas (TA).

Em relação à infraestrutura, o ambiente Moodle está hospedado na nuvem com o objetivo de garantir performance, proteção dos dados e alta disponibilidade. Além disso, também existe um processo integrado com o sistema acadêmico institucional, que permite que as informações estejam replicadas e atualizadas, no que tange as disciplinas, usuários e matrículas.

Há um acompanhamento constante da equipe de TI do IFSUL para monitorar a utilização dos recursos e dos acessos dos usuários, gerando relatórios de desempenho e de carga do sistema para monitoramento e melhoria contínua, de maneira cíclica. O ambiente é atualizado periodicamente, mantendo-se nas versões mais novas para oferecer funcionalidades que possam contribuir para o processo de ensino e aprendizagem. Para permitir que as atualizações aconteçam com paradas programadas e comunicadas aos usuários dentro de um cronograma, elas são avaliadas e testadas antes em ambiente de homologação e poucas customizações são aplicadas no código-fonte, priorizando a estabilidade.

3.17 Materiais didáticos

Não se aplica.

3.18 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O acompanhamento e a avaliação no IFSul são compreendidos como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, pelo desenvolvimento e pela valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e à ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional. Em consonância com a organização e princípios institucionais, no âmbito do Curso, será adotado valores numéricos como forma de expressar o resultado do processo avaliativo da seguinte forma: uma escala de 0 (zero) a 10 (dez).sendo composta por: será atribuída, por disciplina, nota de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se

intervalos de 0,1 (um décimo); as avaliações serão embasadas nos registros das aprendizagens dos estudantes e na realização de, pelo menos, um instrumento avaliativo na etapa; será considerado aprovado em cada disciplina o estudante que obtiver, no mínimo, nota 6,0 em cada etapa avaliativa e apresentar percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina. No final do período letivo, o estudante que não obtiver nota mínima 6 (seis) em cada etapa avaliativa prevista, terá direito a uma reavaliação correspondente a essa etapa avaliativa, em cada disciplina, sendo considerada a maior nota obtida, confrontando-se as notas da avaliação e reavaliação correspondentes a cada etapa. Nas disciplinas em que o docente trabalhar com projetos, os critérios para a reavaliação estarão expressos no plano de ensino.

4. Corpo Docente e Tutorial

4.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho.

4.1.1 Composição

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por 5 docentes do Curso, onde pelo menos 20% dos integrantes deverão possuir regime de trabalho de tempo integral no curso e 60% dos integrantes deverão ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu. Um dos integrantes do NDE é a pessoa na função de coordenação de curso.

O colegiado do Curso indicará os integrantes do NDE, onde um terço ($1/3$) dos componentes poderão ser substituídos a cada dois anos.

4.1.2 Atribuições

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. propor alterações no currículo, a vigorarem após aprovação pelos órgãos competentes;
- III. estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes;
- IV. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V. propor orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas do curso;
- VI. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do curso;
- VII. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- VIII. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso.

4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O processo de autoavaliação do Projeto Pedagógico do Curso observará as seguintes diretrizes: a autoavaliação do Curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Processo de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados e avaliações in loco.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação serão levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da coordenação de curso.

4.3 Equipe Multidisciplinar

Não se aplica.

4.4 Coordenador do curso

A coordenação é o órgão responsável pela gestão didático-pedagógica do Curso. A coordenação do Curso será exercida por um coordenador através de edital específico.

Compete ao coordenador de curso:

- a) Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- b) Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- c) Participar de grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- d) Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- e) Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- f) Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação; g) Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- h) Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- i) Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- j) Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- k) Coordenar as atividades relacionadas à realização de estágios, incluindo definição de orientadores e organização das bancas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e orientar os alunos sobre os encaminhamentos administrativos necessários, antes do início do estágio, junto ao Setor de Estágio e ao DETE;

l) Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento;

m) Auxiliar o coordenador UAB na elaboração da planilha financeira do curso.

4.4.1 Regime de Trabalho do coordenador

A coordenação do Curso possui um regime de trabalho de 20h semanais. Nesse período, a coordenação atende à demanda existente, considerando a gestão do Curso, a relação com os/as docentes, discentes e a representatividade nos colegiados superiores. Para isso, realiza reuniões periódicas com os docentes, e discentes, a fim de favorecer a integração e a melhoria contínua. Além disso, a coordenação administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, sendo um interlocutor com os arranjos produtivos locais relacionados às áreas de abrangência do Curso, mapeando oportunidades de pesquisa e extensão.

4.4.2 Plano de Ação

A coordenação do Curso elabora, anualmente, um plano de ação, a fim de permitir o planejamento, o acompanhamento e os resultados do desenvolvimento das funções da Coordenação do Curso, de forma a garantir o atendimento à demanda existente e a sua plena atuação.

O plano de ação é composto pelas metas definidas pelo Colegiado, as ações a serem realizadas para atingir as metas, a origem da demanda e o cronograma. O plano de ação é levado ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, tais como o site institucional, redes sociais ou mural do Curso.

4.4.3 Indicadores de desempenho

O acompanhamento dos resultados da coordenação ocorre por meio de um Relatório Semestral. Cada relatório apresenta, as ações previstas no Plano de Ação do Coordenador, a situação da Ação, sendo opções:

- Prevista: significa que a ação não iniciou, mas ainda pode ser executada no prazo;

- Em andamento dentro do prazo: significa que a ação está sendo executada;
- Em andamento fora do prazo: significa que a ação está sendo executada, mas o prazo não será cumprido;
- Concluída: significa que a ação foi executada e concluída dentro do prazo;
- Cancelada: significa que a ação não será mais executada (é excluída dos planos).

Caso necessário, são incluídas as justificativas para atrasos e cancelamentos e as observações, através de uma explicação breve e informativa. Por meio da análise deste Plano de Ação e dos relatórios produzidos, é possível verificar se os objetivos foram alcançados e a necessidade da definição de ações corretivas ou providências para que os desvios significativos sejam minimizados ou eliminados.

Os relatórios semestrais subsidiam a confecção do Relatório de Gestão da Coordenação de Curso, com os indicadores de atuação da coordenação de curso, realizado ao final do período de gestão da coordenação.

4.5 Colegiado do curso

O colegiado do Curso é o órgão permanente responsável pelo planejamento, avaliação e deliberação das ações didático-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão do curso. O colegiado de curso é composto:

- I. pelo coordenador do curso, que será seu presidente;
- II. por, no mínimo, 20% do corpo docente do curso, em efetivo exercício;
- III. por, no mínimo, um servidor técnico-administrativo, escolhido entre os profissionais que atuam diretamente no respectivo curso;
- IV. por, no mínimo, um estudante, escolhido entre os matriculados no curso;
- V. por, no mínimo, um supervisor pedagógico;

Para a escolha dos membros do colegiado de curso, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

1. Os representantes docentes serão eleitos pelos professores em efetivo exercício no curso.
2. O(s) representante(s) técnico-administrativo(s) será(ão) eleito(s) pelos técnico-administrativos que atuam no curso.
3. O(s) representante(s) discente(s) deverá(ão) ser eleito(s) pelos estudantes do curso.
4. O mandato dos representantes docentes e do(s) técnico-administrativo(s) será de 2 (dois) anos; e do(s) representante(s) discente(s), de 1 (um) ano, podendo haver recondução, ratificada pelo Colegiado.
5. O membro cuja ausência ultrapassar duas reuniões sucessivas, ordinárias ou extraordinárias, perderá seu mandato, desde que as justificativas apresentadas não sejam aceitas pelo colegiado.

Compete ao Colegiado do Curso:

- I. acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. deliberar sobre processos relativos ao corpo discente;
- III. aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas propostas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, quando houver, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- IV. proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do câmpus que participam da operacionalização do processo ensino-aprendizagem;
- V. deliberar sobre os pedidos encaminhados pela Coordenação do Curso para afastamento de docentes para licença-capacitação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em conformidade com os critérios adotados na instituição;
- VI. fazer cumprir a Organização Didática, propondo alterações quando necessárias;

- VII. delegar competência, no limite de suas atribuições;
- VIII. elaborar propostas curriculares e/ou reformulações do curso;
- IX. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Colegiado do Curso reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por período letivo e, extraordinariamente sempre que convocado pelo coordenador do curso ou por 1/3 (um terço) dos seus componentes. Na ausência do Coordenador de Curso, a presidência do Colegiado será exercida pelo representante docente do colegiado com maior faixa etária e mais tempo no curso. O quórum para instalação e prosseguimento das reuniões é de maioria simples, composto de metade mais um. As decisões do plenário são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de membros presentes.

Toda reunião deverá ser registrada em ata, contendo, no mínimo, os membros presentes, a pauta da reunião e os encaminhamentos decididos. Toda decisão ou encaminhamento deve ser registrada e encaminhada para as instâncias superiores, através da presidência do colegiado, via sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de processos do IFSul.

A avaliação do desempenho das atividades do colegiado deverá ocorrer semestralmente, a fim de implementar ou ajustar as práticas de gestão.

4.6 Professor Responsável pela Componente Curricular – Professor Formador (PF)

O Professor Responsável pela componente curricular, que terá bolsa de Professor Formador (PF) da CAPES/UAB, estará vinculado ao curso durante o período da bolsa, quando do planejamento e execução da componente curricular, ou seja, num semestre, com cota de até seis bolsas, ou conforme edital de seleção, cabendo a responsabilidade pela produção, adaptação ou complementação do conteúdo disponibilizado de forma impressa e/ou on-line e, dos materiais didáticos da componente curricular pela qual será responsável na fase de execução.

Deverá, até o início do semestre letivo, elaborar e postar o planejamento acadêmico com as orientações específicas da componente curricular. Acompanhar o

andamento das atividades propostas na Plataforma Moodle, orientando os alunos, via fórum, chats, encontros presenciais, dentre outros. No período em que estiver ministrando as componentes curriculares, os professores formadores deverão dedicar 20 h/aula semanais, em plantões previamente determinados para orientar os tutores a distância e os presenciais, saneando-lhes dúvidas e discutindo questões através do ambiente virtual de aprendizagem, de e-mails. Ainda, orientar os estudos e sanar dúvidas dos acadêmicos, através do ambiente virtual de aprendizagem.

É ele, juntamente com os professores tutores e a equipe técnica multidisciplinar do curso, que define os recursos necessários para o desenvolvimento do trabalho planejado conforme o Plano de Ensino. As componentes curriculares poderão contar com um livro didático escrito especificamente para o curso, podendo o professor formador, recorrer a bibliografia indicada na caracterização da componente curricular, preparando assim, os conteúdos de suas aulas. Cabe ao professor formador a elaboração ou adaptação desses materiais, bem como a aplicação desses conteúdo para a realidade dos alunos, através de propostas de trabalho a serem desenvolvidas por toda equipe docente. Desta forma, o professor formador atua com uma equipe multidisciplinar na fase de preparação da componente curricular. Na fase da execução, trabalha com professores tutores, orientando-os para que a componente curricular possa ser oferecida igualmente a todos os polos. Os professores formadores se reunirão periodicamente durante o processo de elaboração dos materiais didáticos e execução das componentes curriculares.

Ao Professor Formador (PF) da CAPES/UAB, são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;

Participar das atividades de docência das componentes curriculares do curso;

Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;

Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;

Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em componentes curriculares ou conteúdos sob sua coordenação;

Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;

Apresentar ao coordenador de curso, ao final da componente curricular ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da componente curricular;

Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;

Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;

Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

Atribuições adicionais do Professor Responsável pela Oferta da componente curricular/ Professor Formador:

Elaborar o Plano de Ensino da componente curricular, no início do semestre e disponibilizar ao aluno, onde deverão constar os instrumentos de avaliação, as atividades previstas, bem como todas as informações necessárias sobre o desenvolvimento da componente curricular, conforme a previsão para o semestre;

Gravar em vídeo aulas teóricas com os conteúdos a serem trabalhados durante o semestre;

Realizar as webs conferências previstas para o semestre referentes a sua componente curricular;

Prever e organizar atividades de recuperação para os estudantes com baixo rendimento.

4.7 Professor Tutor Presencial - TP

Este tutor, selecionado através de edital específico, é um professor Licenciado em Matemática (ou Bacharel em Matemática), capacitado a orientar o aluno nos caminhos que deve seguir para um melhor aproveitamento de seus estudos e da prática pedagógica. Tutor presencial atua nos polos de apoio presencial tendo como funções colocar a presença humana no processo de aprendizagem, tornando a EaD um processo menos solitário e mais comunitário. Estarão disponíveis por 20 h/aula, em plantões previamente determinados nos Polos, para atendimento e orientações aos alunos, visando ajudá-los a superar as dificuldades que lhes apresentarem quanto à aprendizagem dos conteúdos, inserção no curso, organização do tempo de estudo e realização das atividades de estudos programados, e outras atividades, ou seja, auxiliando os alunos a criarem novos hábitos, comportamento e estratégias de estudo, mantendo contato permanente e regular com todos os alunos que lhe compete orientar, ajudando-os a organizar os estudos e esclarecendo suas dúvidas. É ele a primeira pessoa a quem o aluno recorrerá sempre que tiver dificuldades com relação a questões acadêmicas. É com ele que o aluno também, contará quando não conseguir entender algo da matéria, tiver dificuldades para resolver algum exercício ou não conseguir acompanhar o ritmo de trabalho, pois o tutor presencial poderá, dentro do possível, ajudá-lo ou, encaminhar a demanda, a equipe do curso. Em hipótese alguma o papel do tutor presencial é dar respostas prontas. Pelo contrário, acima de tudo, mostrar caminhos e organizar o processo de aprendizagem junto com os estudantes. A educação a distância deve mais que tudo incentivar a autonomia do aluno, alimentando uma prática de pesquisa nas rotinas de estudo e o trabalho colaborativo na construção do conhecimento.

O professor tutor no polo é o responsável por auxiliar o aluno a manter-se motivado e por acompanhar de perto seu desempenho. É ele que conhece a realidade do aluno. Juntamente com os tutores a distância, avaliam os trabalhos dos alunos, quando solicitados e, também podem sugerir exercícios específicos para aprofundamento de determinados pontos da matéria.

Ao Tutor Presencial são definidas as seguintes atribuições conforme a ficha de cadastramento / termo de compromisso do bolsista da CAPES/UAB:

Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;

Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;

Apoiar o professor da componente curricular no desenvolvimento das atividades docentes;

Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes;

Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;

Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;

Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;

Participar do processo de avaliação da componente curricular sob orientação do professor responsável;

Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;

Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações.

Outras atribuições importantes do Tutor Presencial:

Auxiliar os alunos na organização de grupos de estudos;

Supervisionar a aplicação das avaliações nos polos;

Avaliar os acadêmicos em apresentação de trabalhos nos polos, de forma a colaborar com os professores formadores na avaliação dos estudantes, mediante a orientação do professor responsável pela componente curricular;

Auxiliar os alunos no envio de trabalhos pelo AVA Moodle;

Participar das web conferências previstas para o semestre.

4.8 Professor Formador de Estágios

Cabe ao Professor de Estágios, ser responsável pela componente curricular, garantir que os princípios pedagógicos relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado do Projeto estejam presentes nas orientações dadas aos alunos e na forma de trabalho dos Orientadores de Estágio (PFE) e Colaboradores de Estágio (TPE). O Professor de Estágio é um professor formador, responsável pela articulação entre os diferentes sujeitos docentes da equipe de estágios, estabelecendo uma orientação comum em todos os polos. Além disso, é ao Professor de Estágios que os Orientadores e Colaboradores se reportam sempre que necessitam de alguma informação ou material para desempenhar suas funções.

O Professor de Estágios manterá um controle das questões levantadas frequentemente pelos alunos, assim como identificará as dificuldades encontradas em seu processo de aprendizagem nas questões pertinentes ao estágio. Essas informações servirão de base para discussão em encontros periódicos com os Orientadores e Colaboradores, bem como, serão o conteúdo a ser incluído em tutoriais disponibilizados no ambiente de aprendizagem. O Professor definirá junto com os orientadores e Coordenação de Curso, questões e distribuições de tarefas e atividades, e assim constituirão uma Comissão de Estágio. Ao Professor de Estágios da CAPES/UAB, são definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

4.9 Professor Formador Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso

O Professor de Trabalho de Conclusão de Curso, é um Professor Formador (PF - TCC), designado para atuar na componente curricular, são definidas as mesmas atribuições do Professor Formador, conforme descrito anteriormente.

4.10 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores

A coordenação de curso e o corpo docente devem possuir uma interação constante e direta. Para isso, serão utilizadas as reuniões do Colegiado, com convite para a participação de todo o corpo docente. Consequentemente, essa interação será devidamente documentada nas atas das reuniões, proporcionando os encaminhamentos das questões que envolvam o curso. A identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores é item constante de avaliação, previsto no plano de ação da coordenação e o resultado do desempenho ocorre por meio do Relatório Final da coordenação do curso.

5. Infraestrutura

A fim de possibilitar aos alunos um atendimento adequado para que possa atingir as metas propostas pelo Curso, algumas funções de caráter de apoio são imprescindíveis.

Coordenação do Polo: Cada um dos polos de apoio presencial tem uma Coordenação. É na Coordenação do Polo que os alunos recebem orientações sobre a matrícula, entregam seus documentos a serem enviados à sede do Curso e são atendidos em suas dúvidas ou necessidades relativas à vida acadêmica. A Coordenação de Polo está vinculada diretamente à Coordenação do Curso. O Coordenador de Polo é um professor com experiência em gerenciamento pedagógico e, preferencialmente, com capacitação em EaD.

O uso da biblioteca do Polo promove o acesso dos alunos à bibliografia de cada componente curricular, além do material didático utilizado no curso. Nos laboratórios de informática e de ensino de matemática são proporcionados ambientes de trabalho favoráveis à integração entre os alunos proporcionando condições de aprendizagem.

O aluno, em caráter virtual, tem acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a Biblioteca física do Polo e do campus Sapucaia do Sul. Os alunos deverão comprometer-se a ir até o polo regional para as atividades didáticas obrigatórias, para orientação junto à tutoria e para obtenção de material bibliográfico para seus estudos.

■

6. Referências

AIRES, Anderson. Com cerca de 5 mil vagas em aberto, setor de TI no RS segue em expansão e em busca de profissionais qualificados. GZH, 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2022/08/com-cerca-de-5-mil-vagas-em-aberto-setor-de-ti-no-rs-segue-em-expansao-e-em-busca-de-profissionais-qualificados-cl784rqob0078015hnuy6o95p.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 nov. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio e ARAÚJO, Ronaldo. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

MEC, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUSA, Juliane; PINHO, Maria. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade como fundamentos na ação pedagógica: aproximações teórico-conceituais. Lajeado: RS, Revista Signos, Lajeado, ano 38, n. 2, 2017

7. Anexos e Apêndices

Apêndice A. Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica no campus Sapucaia do Sul

Nome	Adriano Fiad Farias
Função	Docente

Titulação	Graduação: Bacharel em Informática – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação – Universidade Federal de Uberlândia
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Alex Mulattieri Suarez Orozco
Função	Docente
Titulação	Graduação: Engenharia da Computação – FURG Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação – PUCRS Doutorado em Ciência da Computação – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Alysson Hubner
Função	Docente
Titulação	Graduação: Ciências Políticas e Sociais – Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná. Pós-Graduação: Mestrado em Sociologia Política – UFSC Doutorado em Sociologia – UFPB
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Anderson Tres
Função	Docente
Titulação	Graduação: Matemática Licenciatura Plena – Universidade Comunitária da Região de Chapecó Pós-Graduação: Mestrado em Matemática – UFSM Doutorado em Matemática Aplicada – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Antonio Carlos de Madalena Genz
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura Filosofia – UFRGS Bacharelado Filosofia – UFRGS Pós-Graduação: Especialização em Projetos Sociais e Culturais – UFRGS Mestrado em Antropologia Social – UFRGS Doutorado em Filosofia – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Bianca de Oliveira Ruskowski
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais – UFRGS Pós-Graduação: Especialização em Educação a Distância – SENAC/RS Mestrado em Sociologia – UFRGS Doutorado em Sociologia – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Claudia Ciceri Cesa
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Educação Física – PUCRS Pós-Graduação: Mestrado em Ciências da Saúde: Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul – Fundação de Cardiologia do Rio Grande do Sul – IC/FUC Doutorado em Ciências da Saúde: Cardiologia pelo Instituto de Cardiologia / Fundação de Cardiologia do Rio Grande do Sul - IC/FUC
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Dalila Cisco Collatto
Função	Docente
Titulação	Graduação: Graduação em Ciências Contábeis – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado em Mestrado em Ciências Contábeis – UNISINOS Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Daniele Gervazoni Viana
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas – UERJ Pós-Graduação: Mestrado em Ecologia – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Debora Tais Batista de Abreu
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Letras Português / Inglês – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado em Linguística Aplicada – Área de Concentração: Linguagem, Contextos e Aprendizagem – UNISINOS Doutorado em Linguística Aplicada – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Diego Zurawski Saldanha
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática – UFSM Pós-Graduação: Mestrado em Matemática – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Evandro Carlos Godoy
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Filosofia – UFSM Pós-Graduação: Mestrado em Filosofia – UFSM Doutorado em Filosofia – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Fabio Roberto Moraes Lemes
Função	Docente
Titulação	Graduação: Economia - UNIJUI Pós-Graduação: Mestrado em Desenvolvimento – Área de Concentração: Economia – UNIJUI
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Felippe de Oliveira Totta
Função	Docente
Titulação	Graduação: Graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa – UFRJ Pós-Graduação: Mestrado em Letras (Letras Vernáculas) – UFRJ
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Fernanda Lopes Guedes
Função	Docente
Titulação	Graduação: Ciências da Computação – UPF Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação – PUCRS Doutorado em Educação – UNISINOS.
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Gisvaldo Araújo Silva
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Letras: Inglês, Português e respectivas literaturas – UESB Pós-Graduação: Mestrado em Letras – UFSM Doutorado em Educação – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Janaina Marques Silva
Função	Docente
Titulação	Graduação: Administração – Universidade do Sul de Santa Catarina Pós-Graduação: Especialização em Educação e Meio Ambiente – Universidade do Estado de Santa Catarina Mestrado em Gestão de Processos Educacionais – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Janaina Pacheco Jaeger
Função	Docente
Titulação	Graduação: Bacharelado em Ciências Biológicas – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Genética e Biologia Molecular – UFRGS Doutorado em Genética e Biologia Molecular – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Jean Leison Simao
Função	Docente
Titulação	Graduação: Psicologia – Centro Universitário Franciscano e Licenciatura em Filosofia – UFSM Pós-Graduação: Mestrado em Filosofia – UFSM

Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva
---------------------------	---------------------------

Nome	Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Letras - Português / Espanhol - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Pós-Graduação: Especialização em Formação Continuada de Professores de Matemática – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Mestrado Profissional em Ensino de Matemática - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Doutorado em Educação – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Lourenço de Oliveira Basso
Função	Docente
Titulação	Graduação: Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Ciência da Computação – UFSM Pós-Graduação: Mestrado em Engenharia Elétrica – PUCRS Doutorado em Informática na Educação – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Luís Ricardo Pedra Pierobon
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura Plena em Física - UNISINOS e Bacharelado em Direito - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul Pós-Graduação: Mestrado em Engenharia Mecânica – UFRGS Doutorado em Engenharia Mecânica – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Marcelio Adriano Diogo
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática – UNISINOS Pós-Graduação: Especialização em Atendimento Educacional Especializado – UERGS Mestrado em Ensino de Matemática – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Marcelo Batista Haas
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Geografia – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Geografia – UFRGS. Doutorado em Ciências Naturais – Geografia – Christian-Albrechts-Universität zu Kiel
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Márcia Lima Santos de Cezere
Função	Docente
Titulação	Graduação: Administração de Empresas – PUCRS Pós-Graduação: Especialização em Psicologia Organizacional – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul Mestrado em Administração e Negócios – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Marineiva Teresinha de Melo Manganeli
Função	Docente
Titulação	Graduação: Ciências Contábeis – UNISINOS e Administração - Universidade Norte do Paraná Pós-Graduação: Especialização em Controladoria – UNISINOS

	Mestrado em Ciências Contábeis – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Maurício da Silva Escobar
Função	Docente
Titulação	Graduação: Bacharelado em Ciência da Computação – PUCRS Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação – PUCRS Doutorado em Ciência da Computação – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Maurício dos Santos
Função	Docente
Titulação	Graduação: Tecnologia em Processamento de Dados – ULBRA Pós-Graduação: Especialização em Informática para Aplicações Empresariais – ULBRA Mestrado em Educação – UPF
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Mônica Xavier Py
Função	Docente
Titulação	Graduação: Bacharel em Ciência da Computação – Universidade Católica de Pelotas Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação – UFRGS
Regime de Trabalho	40h

Nome	Newton Luis Garcia Carneiro
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em História – UFRGS

	Pós-Graduação: Mestrado em História – PUCRS Doutorado em História – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Patricia Pinto Wolffenbuttel
Função	Docente e Supervisão Pedagógica
Titulação	Graduação: Licenciatura em Pedagogia – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado em Educação – UNISINOS Doutorado em Educação – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Patricia Thoma Eltz
Função	Docente
Titulação	Graduação: Pedagogia – Supervisão Escolar e Magistério – ULBRA Pós-Graduação: Especialização em Gestão e Desenvolvimento Humano – ULBRA Especialização em Gestão de Polos – UFPEL Mestrado em Educação – UFPEL Doutorado em Diversidade e Inclusão – FEEVALE
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Paulo Marcus Hollweg Correa
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática – UFPR Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Matemática – FURG
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Paulo Ott Tavares
-------------	-------------------

Função	Docente
Titulação	Graduação: Letras – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Linguística e Letras – PUCRS Doutorado em Linguística e Letras – PUCRS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Rafael de Oliveira
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em História – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Ensino de História – UFRGS Mestrado em Educação – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Renata Porcher Scherer
Função	Docente
Titulação	Graduação: Educação Física - UNISINOS e Pedagogia – UFRGS Pós-Graduação: Especialização em Educação Especial – UNISINOS Mestrado em Educação – UNISINOS Doutorado em Educação – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Roberto Mauricio Bokowski Sobrinho
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática – UFPel Pós-Graduação: Mestrado Modelos Matemáticos em Energia – IMPA
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Rodrigo Remor Oliveira
Função	Docente
Titulação	Graduação: Engenharia de Computação – FURG Pós-Graduação: Mestrado em Computação Aplicada – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Roger Sauandaj Elias
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em História – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em História – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Sandro Azevedo Carvalho
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Matemática – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado Profissionalizante em Ensino de Matemática – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Stefanie Merker Moreira
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado em Linguística Aplicada – UNISINOS Doutorado em Educação – UNISINOS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Suzana Trevisan
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Educação – Centro Universitário La Salle
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Thiago da Silva e Silva
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura Plena em Matemática – UFPel Pós-Graduação: Mestrado em Matemática Pura – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Vanessa de Oliveira Dagostim Pires
Função	Docente
Titulação	Graduação: Letras com Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Espanhola – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Linguística Aplicada – UNISINOS Doutorado em Linguística Aplicada – UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Nome	Veronica Pasqualin Machado
Função	Docente
Titulação	Graduação: Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Letras - UFRGS
Regime de Trabalho	40h - Dedicação Exclusiva

Apêndice B. Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo no campus Sapucaia do Sul

Nome	Adriana Trein de Abreu e Silva
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração – Estácio de Sá Graduação: Bacharelado em Logística – Estácio de Sá Pós-graduação: Especialização em Gestão Pública – Faculdade Internacional Signorelli Pós-graduação: Especialização em Petróleo e Energias – Estácio de Sá

Nome	Adriano Rostirolla
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Geografia – Centro Universitário Leonardo da Vinci Graduação: Licenciatura em História – Centro Universitário Leonardo da Vinci Graduação: Tecnólogo em Recursos Humanos – Universidade Anhanguera Graduação: Licenciatura em Filosofia – UFPel Pós-Graduação: Especialização em Docência no Ensino Superior – IERGS

Nome	Alexandre Ferreira Escouto
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Psicologia – UNISINOS

Nome	Aline Cristina Ferreira
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Letras/Espanhol – UFPel Pós-graduação: Especialização em Administração de Pessoas – Uniasselvi

Nome	Tamires Kroetz Ayres Castro
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Pedagogia – UFSM Pós-Graduação: Especialização em Gestão Educacional – UFSM Pós-Graduação: Mestrado em Educação – UFRGS

Nome	Aline Weigel
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Hotelaria – PUC-RS Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis – Unilasalle Pós-Graduação: Especialização em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal – Centro Universitário Internacional

Nome	Alvaro Hugo Eder
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração – UNISINOS Pós-graduação: Especialização em Gestão Pública – UNINTER

Nome	Ana Claudia Kohls Colvara
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em História – UFPel Graduação: Bacharelado em Ciências Jurídicas – UNIRITTER Pós-Graduação: Especialização em Metodologia do Ensino Superior – UCPel

Nome	Bernardo Toledo Santana
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Gestão Pública – UniFavip Wyden

Nome	Bianco Santos Putton
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação – UNILASALLE

Nome	Bruna Helfenstein Zanardo
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Comunicação Social – UFRGS Pós-graduação: Especialização em Gestão Pública – UNILINS

Nome	Camila Besold
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas -Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Pós-graduação: Mestrado em Aquicultura – UFRGS

Nome	Carolina Soares da Silva
Titulação/Universidade	Ensino Médio: Fundação Passo Fundo/RS

Nome	Caroline Bordin Minetti
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração – ULBRA Graduação: Licenciatura em Agropecuária – CEFET/PR Pós-Graduação: Especialização em Gestão Pública e Gerência de cidades – FATEC Internacional Pós-Graduação: Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Feevale

Nome	Cátia Cilene Mello Alano
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública – UNINTER

Nome	Cinara Pereira de Carvalho Silva
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Gestão Pública – UNIJUÍ Pós-Graduação: Especialização em Psicomotricidade na Educação – Faculdade Integrada de Jacarepaguá

Nome	Cyro Castro Junior
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Medicina – UFRGS Pós-Graduação: Mestrado em Medicina – Cirurgia – Área de Concentração: Saúde – UFRGS Pós-Graduação: Doutorado em Medicina - Cirurgia – Área de Concentração: Saúde – UFRGS Pós-graduação: Especialização em cirurgia geral – Hospital Nossa Senhora da Conceição Pós-graduação: Especialização em cirurgia vascular – Hospital Nossa Senhora da Conceição

Nome	Daniela Cardoso Salau Barboza
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciência Jurídicas – UNIRITTER

Nome	Diego Alexandre Weber
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências Biológicas – UFRGS

Nome	Diego Feldmann Borba
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração de Empresas – PUCRS Pós-Graduação: Especialização em Gestão de Pessoas no Setor Público – POSEAD

Nome	Éderson Martins Ramos
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Geografia – UFRGS Pós-graduação: Especialização em Gestão Pública – Faculdade Dom Alberto

Nome	Eliane Neves da Mota
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnólogo em Polímeros – IFSul-rio-grandense Graduação: Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial – IFSUL Pós-Graduação: Mestrado em Ciências dos Materiais – UFRGS

Nome	Frederico Kleinschmitt Junior
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências Jurídicas – Centro Universitário Ritter dos Reis Pós-graduação: Especialização em Direito Público – Faculdade Verbo Jurídico

Nome	Gicelda Gonçalves de Mello
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Biologia – Centro Universitário Leonardo da Vinci Pós-graduação: Especialização em EJA – Faculdade Internacional Signorelli

Nome	Gislaine Gabriele Saueressig
-------------	------------------------------

Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências Econômicas – UFSM Pós-graduação: Especialização em Administração Pública – Uninter Pós-Graduação: Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas – UNISINOS Pós-graduação: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – IFSUL
-------------------------------	--

Nome	Henrykheta Maria Rodrigues Fernandes Porto
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Serviço Social – UFPE Pós-Graduação: Especialização em Administração e Planejamento de Projetos Sociais – Universidade Veiga de Almeida/RJ

Nome	Hernesto Brito dos Santos
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Serviço Social – UFPE Pós-Graduação: Especialização em Administração e Planejamento de Projetos Sociais – Universidade Veiga de Almeida/RJ

Nome	Hernesto Brito dos Santos
Titulação/Universidade	Ensino Médio: EEEM Infante Dom Henrique

Nome	Jaqueline Oliveira Silveira
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração – FAPA Pós-graduação: Especialização em Gestão de Negócios – UFRGS

Nome	Jocelito Silveira Torres
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnologia em Polímeros – Ênfase em Gestão da Qualidade – CEFET/RS Pós-Graduação: Especialização em Gestão e Estratégia Empresarial – ULBRA

Nome	Juliano do Nascimento Kappes
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Administração – Facensa

	Pós-graduação: Especialização em Gestão de Recursos Humanos – Fadergs
--	---

Nome	Leandro Borges Fagundes
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura Letras Português/Inglês – UniCesumar Pós-graduação: Especialização em Língua Portuguesa – Faculdade São Luiz

Nome	Liziane da Luz Seben Scheffer
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Engenharia Química – UFRGS Mestrado acadêmico: Engenharia de Produção – UFRGS

Nome	Lucimery Petry Homrich
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Engenharia Civil – UFRGS Pós-graduação: Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho – Uniasselvi

Nome	Marcelo Salvi
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnólogo em Gestão Financeira – Universidade Luterana do Brasil Pós-graduação: Especialização em Gestão Pública – Faculdades Integradas de Jacarepaguá

Nome	Marcia Regina Andres Jeovane da Silva
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnóloga em Cooperativismo – UFSM Pós-graduação: Especialização em Economia Rural – Universidade Federal de Viçosa Pós-graduação: Especialização em Cooperativismo – UNISINOS Pós-graduação: Mestrado em Engenharia de Produção – UFSM

Nome	Maria de Fátima Silveira Medeiros
Titulação/Universidade	Graduação: Tecnologia em Polímeros – CEFET/RS

	<p>Graduação: Licenciatura em Pedagogia – Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi)</p> <p>Pós-Graduação: Especialização em Educação Profissional Técnica na Modalidade EJA – UFRGS</p> <p>Pós-Graduação: Especialização em Educação Ambiental – SENAC</p> <p>Pós-Graduação: Especialização em Mídias na Educação – IFSUL</p> <p>Pós-graduação: Especialização em Neuropsicopedagogia – IPEMIG</p> <p>Pós-graduação: Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Uniasselvi</p>
--	--

Nome	Maria Luisa Pederiva
Titulação/Universidade	<p>Graduação: Bacharelado em Psicologia – UNISINOS</p> <p>Pós-Graduação: Especialização em Mídias na Educação – IFSUL</p>

Nome	Marlise Sozio Vitcel
Titulação/Universidade	<p>Graduação: Bacharelado em Economia – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí)</p> <p>Pós-Graduação: Mestrado em Economia do Desenvolvimento – PUCRS</p>

Nome	Mônica Nunes Neves
Titulação/Universidade	<p>Graduação: Licenciatura em História – ULBRA</p> <p>Pós-Graduação: Especialização em Gestão na Escola: o trabalho coletivo em Supervisão e Orientação Educacional – UNISINOS</p>

Nome	Patrícia Hammes Strelow
Titulação/Universidade	<p>Graduação: Bacharelado em Jornalismo – Universidade Católica de Pelotas</p> <p>Pós-graduação: Especialização em Comunicação Organizacional Estratégica – Universidad Jaume I</p> <p>Pós-Graduação: Mestrado em Comunicação Social – PUCRS</p>

Nome	Rafael Costa Silveira
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências Jurídicas – UNISINOS

Nome	Rosinei Elizabete Miozzo Klein
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Biblioteconomia – UFRGS Pós-Graduação: Especialização em Formação de Formadores em RH e EJA – UFRGS

Nome	Schirlei Gaelzer
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis – UFSM Pós-Graduação: Especialização em Direito Tributário – FADISMA

Nome	Shelley do Nascimento de Campos Polycarpo
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Letras - Português/Espanhol – UNISINOS

Nome	Vanessa Levati Biff
Titulação/Universidade	Graduação: Bacharelado em Biblioteconomia – Universidade de Caxias do Sul (UCS) Graduação: Bacharelado em Artes Visuais – UNESC Pós-graduação: Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares – UFSC Pós-graduação: Especialização em Educação Estética – UNESC Pós-graduação: Mestrado em Educação – UERGS

Nome	Vanessa Logue Dias
Titulação/Universidade	Graduação: Licenciatura em Letras – Inglês e Literaturas – UNISINOS Pós-Graduação: Mestrado em Linguística Aplicada – UNISINOS

Apêndice C.	Matriz curricular
Apêndice D.	Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias
Apêndice E.	Regulamento de Atividades Complementares
Apêndice F.	Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso

○